



**Fátima Patrícia
Coelho da Costa
Rodrigues Pina**

AS FUNÇÕES E A RELAÇÃO DO CONTABILISTA CERTIFICADO COM O ACOMPANHAMENTO E TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DE PROJETOS SUBSIDIADOS

Relatório de Estágio

Dissertação/Trabalho de Projeto/Relatório de Estágio
submetida como requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre em Contabilidade e Finanças**

Júri

Presidente (Professora Doutora, Ana Bela Teixeira, ESCE)

Orientador (Professor Doutor, Pedro Pardal, ESCE)

Vogal (Professor Doutor, Nuno Teixeira, ESCE)

Janeiro, 2018

Agradecimentos

Após mais uma etapa fundamental na minha vida, quero agradecer primeiramente aos meus pais, marido e irmã pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida, por em diversas circunstâncias me dizerem...” Continua, Força para a frente e que é caminho”.

Agradecer as minha amigas, Joana Coelho e Sara Simões que me apoiaram sempre, e durante esta fase da minha vida profissional, foram impecáveis.

Ao Dr. Joaquim Neves e ao Dr. Alexandre Jaleco por me terem recebido como estagiária de Contabilidade e Acompanhamento de Projetos na vossa organização, por me terem acompanhado em todo este processo e por terem sido dedicados, pacientes, compreensivos e mais importante que tudo a oportunidade de me darem o vosso conhecimento das diversas temáticas e essências da organização, e ao professor Pedro Pardal, por me orientar do início ao fim deste relatório e pela disponibilidade e empenho sempre demonstrado ao longo da elaboração deste trabalho, por me ter chamado a atenção várias vezes para lutar até ao fim.

E por fim, não menos importante a todos os colegas da Globalseven que me acolheram de forma calorosa e simpática e me ajudaram a compreender o funcionamento de diversos pontos inerentes as funções por mim desempenhadas. Um enorme obrigada a Cristina Barros, Josivânia Carvalho, Guiomar Lourenço, Nanci Maia por me ouvirem reclamar que “nunca mais acabo o relatório...” e como amigas que são as palavras de sabedoria e força foram marcantes na finalização deste marco profissional.

A todos o meu enorme obrigado.

Ficam aqui os votos de muito sucesso para todos.

Resumo

O presente trabalho insere-se num relatório de estágio no âmbito da conclusão do mestrado, tendo sido proposto como objetivo descrever as funções do contabilista certificado no acompanhamento de projetos apoiados por subsídios comunitários, incluindo a responsabilidade que o mesmo tem sobre todo o processo de contabilização. A maioria dos apoios destinam-se a PME, as quais por falta de conhecimento recorrem a consultores, sendo o contabilista um interveniente especializado, e um garante de qualidade ao longo de todo o processo de candidatura, incluindo a execução do projeto. Assim, tendo por base um estudo de caso, assente num projeto financiado ao abrigo do SI-Qualificação e Internacionalização, são descritos os procedimentos a ter em conta em cada fase, bem como os principais aspetos contabilísticos dos diferentes tipos de subsídios, tendo por base a NCRF 22. Constatou-se que a complexidade de um processo destes é elevada e que o contabilista pode fazer a diferença para o sucesso do mesmo.

Palavras – chave: Subsídios, Contabilista Certificado, NCRF 22, Fundo Europeus.

Abstract

The present work is part of an internship report in the scope of the conclusion of the master's degree, and it was proposed as an objective to describe the functions of the certified accountant in the follow-up of projects supported by community subsidies, including the responsibility that it has over the entire accounting process. Most of Government grants are for SMEs, which due to the lack of knowledge use the expertise of consultants. Thus, the accountant being a specialized player is a quality guarantor throughout the application process, including the execution of the project. Based on a case study of a project funded under the grants for Qualification and Internationalization, we describe the procedures to be taken into account at each stage, as well as the main accounting aspects of the different types of subsidies under the application of NCRF 22. It was found that the complexity of such process is high and that the accountant can make a difference to the success of the same.

Key - words: Grants, Certified Accountant, NCRF 22, European Fund.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice de Figuras	v
Lista de Siglas	vi
Introdução.....	1
<i>Parte I – Enquadramento Teórico</i>	3
1. As funções do Contabilista Certificado	4
2. Subsídios Comunitários ao Investimento	9
2.1. Principais apoios do Investimento	9
2.2. SI-Qualificação e Internacionalização: exemplo de apoio ao investimento	13
3. A Contabilidade de Subsídios.....	19
3.1. O Processo de Normalização Contabilística.....	19
3.2. Enquadramento Normativo da Contabilidade de Subsídios em Portugal	22
3.3. A Contabilização dos principais tipos de Subsídios.	27
<i>Parte II – Estudo Aplicado / Relatório Estágio</i>	33
4. Objetivos e Metodologia do Estudo	34
5. Apresentação da Globalseven	37
5.1. Estrutura Organizacional.....	40
5.2. Serviços Prestados	41
5.3. Meio Envolvente	41
6. Aplicação prática das funções de CC num processo de candidatura	44
6.1. Procedimentos da Fase I – Pré-Candidatura e Pós-Candidatura.....	45
6.2. Procedimentos da Fase II – Acompanhamento na Execução do Projeto	45
6.3. Procedimentos da Fase III – Acompanhamento na Pós-Execução	59
6.4. Procedimentos de Contabilização de Subsídios	60
Conclusão	64
Referências Bibliográficas	66
Anexos.....	71

Índice de Figuras

Figura 1 - Classificação dos Subsídios segundo a NCRF 22	24
Figura 2 - Subsídios à Exploração	31
Figura 3 – Devolução de Subsídios não Reeembolsáveis	32
Figura 4 - Organograma funcional da empresa atualizado em 2017	40
Figura 5 - Logotipo do Portugal2020	41
Figura 6 - Concorrentes da Globalseven	43
Figura 7 - Fatura de Serviços Especializados	54
Figura 8 - Lançamento na Contabilidade de trabalhos especializados	54
Figura 9 - Fatura de Ativos Intangíveis	55
Figura 10 - Lançamento na Contabilidade de Ativos Intangíveis	55
Figura 11 - Fatura de Ativos Fixo Tangíveis	56
Figura 12 - Lançamento na Contabilidade dos ativos fixos tangíveis	56
Figura 13 - Organograma do processo operacional, de acordo com o RECI	58
Figura 14 - Lançamento do Reconhecimento do Apoio Previsto Receber	60

Lista de Siglas

ADC - Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AICEP - Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa
AT – Autoridade Tributária
CAE - Classificação de Atividade Económica
CC – Contabilistas Certificados
CE – Comissão Europeia
CNC – Comissão de Normalização Contabilística
FCR – Fundo de Capital de Risco
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE - Fundo Social Europeu
I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
I&I – Investigação e Inovação
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IAS – *International Accounting Standard*
IASB – *International Accounting Standards Board*
IFRS – *International Financial Reporting Standards*
IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis
IMT – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IVA – Imposto de Valor Acrescentado
ME – Microentidades
NC-ME – Norma Contabilística para Microentidades.
NCRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro
NCRF-PE – Norma Contabilística de Relato Financeira para Pequenas Empresas
PE – Pequenas Entidades
PME – Pequenas e Médias Empresas
PO – Programa Operacional
POC – Plano Oficial de Contabilidade
PTA – Pedido a Título de Adiantamento
PTR – pagamento a título de reembolso
PTRF – Pedido a Título de Reembolso Final
PTRI – Pedido a Título de Reembolso Intercalar

RECI - Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização

RH – Recurso Humanos

SCI – Sistema de Controlo Interno

SIG - Sistema de Gestão Integrado

SI – Sistema de Incentivo

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SPQ – Sistema Português de Qualidade

SS – Segurança Social

TA – Termo de Aceitação

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UE – União Europeia

Introdução

Com o intuito de concluir o Mestrado em Contabilidade e Finanças da Escola Superior de Ciências Empresariais, apresentei uma proposta de conclusão do mesmo através da modalidade de estágio de mestrado, em virtude de me encontrar sem trabalho na área de estudo e ser uma oportunidade de inserção no mercado. Neste sentido, foi contratualizado um protocolo de estágio com a empresa Globalseven, sociedade por quotas, constituída pelo Dr. Alexandre Jaleco e Dr. Joaquim Neves em dezembro de 2013 e com sede na Avenida Bento Gonçalves, n.º 2 Setúbal. A Globalseven é uma consultora de gestão, empreendedorismo e inovação, voltada para microentidades (ME), pequenas e médias empresas (PME), e empreendedores inovadores. No âmbito da sua missão, ao apoiar os empreendedores a obter resultados sustentáveis, reforça a competitividade das PME, impulsiona o empreendedorismo nacional e promove o desenvolvimento socioeconómico dos mercados onde atua. Os serviços que presta abrangem várias áreas, com especial incidência em serviços de contabilidade e serviços de apoio ao desenvolvimento de negócios, incluindo a elaboração completa de candidaturas a subsídios ao investimento. Foi, neste contexto, que me enquadrei em termos de funções, pelo que, o presente documento pretende evidenciar o meu contributo para descrever as funções e a relação que um Contabilista Certificado (CC) tem durante o acompanhamento e tratamento contabilístico de projetos subsidiados.

Segundo Silva *et al.* (2011), num contexto empresarial, os incentivos ao investimento por parte do Governo, visam aumentar a produtividade e competitividade entre empresas, de modo a melhorarem o seu perfil de especialização em Portugal, favorecendo o desenvolvimento territorial e internacional, onde a economia é a principal aposta para apoios a projetos de investimento em atividades de produção de bens e serviços transacionados internamente e exteriormente. De acordo com o §5 da Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 22, o propósito dos apoios, pode ser o de encorajar uma entidade a seguir um certo rumo que ela normalmente não teria tomado se o apoio não fosse proporcionado. No âmbito dos apoios do Portugal 2020 (PT2020) temos diferentes sistemas de incentivos às empresas que podem ser usados consoante o foco do cliente, como por exemplo, o sistema de incentivos à inovação (SI Inovação), os

incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico nas empresas (SI I&DT), os incentivos à qualificação e internacionalização de PME (SI Qualificação PME), ou o sistema de Vales em que as tipologias são os vales internacionalização, vales empreendedorismo, vale inovação e vale I&DT.

Por outro lado, uma empresa que recorre a estes sistemas de incentivos, necessita de apoio especializado, ao nível dos dados económico financeiros, bem como da correta contabilização dos factos patrimoniais que daí advém. É neste contexto que o CC assume um papel de relevo. Referia Ferreira (2009) que a contabilidade regista o património e suas variações, acréscimos e decréscimos do dito património, sendo que a função de contabilista vai muito a além de elaborar a contabilidade, sendo também analista, relator e crítico. Assim, o objetivo principal deste relatório consiste em fazer relacionar as funções atribuíveis aos CC durante todos os procedimentos a elaborar nas várias fases, desde o contato com as entidades promotores da candidatura até à execução do projeto e sua contabilização de acordo com as normas vigentes. Pretende-se mostrar como os CC intervêm em todos estes processos de decisões e análise de dados.

O presente relatório apresenta-se dividido em duas partes. A primeira faz referência ao enquadramento teórico, onde se debate, de forma genérica, as funções dos CC, sendo depois aprofundado este tema de acordo com o acompanhamento de candidaturas a apoios ao investimento, explorando ainda os vários tipos de subsídios existentes, a sua importância e contabilização. A segunda parte do relatório consiste na descrição do trabalho desenvolvido no contexto do estágio, pelo que começamos por evidenciar o enquadramento do estágio e seus objetivos, passando depois pela descrição da metodologia aplicada, apresentação da empresa acolhedora do estágio, e por fim a aplicação prática das funções do CC num processo de candidatura. Este capítulo, subdivide-se em três fases diferentes, a primeira é a pré-candidatura e pós-candidatura, a segunda a execução do projeto e a terceira o seu acompanhamento.

Parte I – Enquadramento Teórico

1. As Funções do Contabilista Certificado

O presente trabalho inserido num contexto de estágio procura descrever o papel do CC na contabilização de subsídios e nos procedimentos decorrentes de um processo de candidatura. Neste sentido, é importante descrever o contexto atual do CC. Segundo Azevedo (2015), hoje em dia, o CC para além de fazer a contabilidade tem uma maior proximidade às empresas no acompanhamento e apoio à sua gestão. Em muitos casos, substituindo a impreparação de alguns empresários no domínio empresarial. Refere ainda Azevedo (2015), que o CC deve compreender que hoje tem uma função de criador de valor nas empresas, sendo imperativo que faça a diferença mediante o rigor profissional e a qualidade. Atualmente a área de subsídios intracomunitários, implica uma intervenção cada vez maior e mais qualificada dos CC.

Este âmbito alargado de funções encontra-se expresso no próprio estatuto dos CC. No seu artigo 10.º, ponto 1, da Lei nº 139/2015, são referidas as atividades específicas do CC, tais como: planificar, organizar e coordenar a execução da contabilidade das entidades, públicas ou privadas, que possuam ou que devam possuir contabilidade organizada segundo o SNC, respeitando as normas legais, os princípios contabilísticos vigentes e as orientações das entidades com competências em matéria de normalização contabilística, deve também assumir a responsabilidade pela regularização técnica nas áreas contabilísticas e fiscais, devem assinar as demonstrações financeiras e declarações fiscais, fazendo prova da sua qualidade, de acordo com as condições definidas pela ordem, sem prejuízo da competência e das responsabilidades cometidas pela lei comercial e fiscal aos respetivos órgãos.

Ainda, no ponto 2 do mesmo artigo, são descritas funções mais alargadas tais como as referidas na alínea a), ou seja, funções de consultoria na área da contabilidade e fiscalidade, que podem passar por exemplo a elaboração de estudo de viabilidade e acompanhamento de um processo de candidatura de uma entidade, a subsídios ao investimento, no âmbito do PT2020, desde da fase de candidatura à fase de execução financeira do projeto.

Segundo Grenha *et al.* (2009), o CC tem sido claramente, uma mais-valia na organização contabilística das sociedades e das estruturas empresariais onde está inserido,

sendo que esta conclusão tem-se vindo a verificar ao longo de vários anos de trabalho na área. Já segundo Lima *et al.* (2014), o CC deve ser visto muito para além de uma obrigação legal, isto é, ser considerado como uma mais-valia na organização e na gestão das empresas e uma significativa ajuda para o empresário que representa, pois conhece os pontos fortes e fracos das suas empresas. É importante perceber que o papel do CC na organização empresarial, o que devido à sua estreita ligação com a informação de cariz financeiro, abre a porta a este profissional a mais áreas de negócio, tais como, nas áreas de natureza comercial, administrativa ou de gestão de projetos.

Breen *et al.* (2003) efetuaram um estudo sobre o papel do contabilista externo nas PME. O seu estudo centra-se essencialmente na influência que estes exercem como consultores externos, mais especificamente no nível de implementação de sistemas informáticos de contabilidade. Através de entrevistas e questionários a um total de 221 empresas, os autores concluíram, que apesar de algumas destas entidades reconhecerem que adquiriram os seus sistemas de informação por influência do CC, os gestores continuam predominantemente a olhar para este como uma necessidade para dar cumprimento legal à prestação de contas. O estudo de Breen *et al.* (2003) tem, contudo, mais de uma década e já no seu artigo os autores reconheciam que o papel do CC vinha a crescer nos últimos anos. Holmes (1987, citado por Breen *et al.* (2003)) referia, na altura, que os contabilistas apenas eram consultados pelos sócios-gerentes das PME quando os problemas surgiam.

Holmes *et al.* (2003, citado por Bisman, 2007) refere que um número de estudos empíricos levados a cabo nos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, providenciaram evidência consistente, de que a fonte externa mais importante de aconselhamento das PME, são os contabilistas e a banca, com os primeiros a estarem no topo do *ranking* em todos os assuntos, excepto sobre a obtenção de financiamento. No entanto, Bisman (2007) também identifica um conjunto de estudos, mostraram que apenas uma minoria dos gestores/sócios das pequenas empresas, requisitam ou usam o aconselhamento dos contabilistas, para assuntos que não sejam sobre cumprimento de impostos ou sobre conformidade legal estatutária. De acordo com o autor, vários investigadores apontam para a existência de um vazio, que muitas vezes por desconhecimento, leva à não solicitação do apoio dos CC noutras matérias.

Mais recentemente, para Caseirão (2012), no âmbito do tema da responsabilidade social e empresarial, não existe melhor profissional que possa identificar, classificar, registrar, analisar, reportar e avaliar toda a informação de cariz financeiro. Considera o autor, que os CC não deverão alhear-se desta importante oportunidade de trabalho, pelo que, a sua participação será de maior valia e, decerto, geradora de alto valor acrescentado para as entidades onde prestam os seus serviços. O CC é assim visto como uma mais valia na produção de informação financeira, o que transpondo para os processos de candidatura a apoios ao investimento, pode levar a que o CC seja um interlocutor privilegiado em todo o processo, não intervindo apenas para o cumprimento das obrigações contabilísticas decorrentes das operações financeiras.

Num estudo publicado em março de 2013, a *Association of Chartered Certified Accountants* (ACCA), procura descrever a importância dos CC nas PME, efetuando uma análise sobre o valor da informação, essencialmente financeira, na vida das empresas e identificando posteriormente os vários papéis que os profissionais da área financeira podem assumir no apoio a este tipo de empresas. Segundo a ACCA (2013), os CC têm normalmente um conjunto de características, as quais definem o seu papel nas PME, para além das funções intrínsecas da profissão:

- São, muito regularmente, os únicos profissionais qualificados, entre o *staff* de apoios, nas pequenas entidades. Nestas são muito utilizados para matérias de cumprimento legal em diversas áreas (ex. contratos laborais), uma vez que estão habituados a atuar em ambientes regulamentados;
- Em virtude da sua função, têm normalmente acesso a formação geral sobre atividade empresarial, podendo disseminar essa informação;
- São funcionários que estão acostumados a interagir com informação estandardizada e a construir *templates* para trabalhar esta informação;
- Estão acostumados a conceitos mais técnica e financeiros, o que lhes permite estabelecer diálogo com entidades externas, como entidades financeiras ou consultoras, numa linguagem diferente dos empresários;

- Estando inseridos numa ordem profissional, os CC têm normalmente acesso a uma rede de contatos, com especialização em determinadas matérias associadas à profissão e à rede de negócios.

De facto, pela literatura identificada, podemos observar que ao longo do tempo, tem existido uma mudança no papel do CC e no âmbito mais alargado das suas funções, o que não é alheio o trabalho, em Portugal, da Ordem dos Contabilistas Certificados. Esta é responsável por a concessão de ações de formação contínua, que não se limitam apenas às temáticas de contabilidade financeira ou fiscalidade. Por outro lado, o acesso à profissão está devidamente regulamentado. No artigo 16.º, ponto 1, da Lei nº 139/2015 refere-se que o CC para poder se inscrever e aceder à profissão deve possuir habilitações académicas adequadas, frequentar estágio curricular ou profissional e obter aprovação em exame, a organizar e realizar pela Ordem, nos termos definidos nos Estatutos e no regulamento de estágio. Assim, garante-se que quem acede à profissão de CC tem igualmente uma formação de base sólida, quer em termos académicos, quer em termos de contato com a vida profissional.

De referir que no artigo 17º da Lei nº 139/2015, constituem habilitação académica para requerer a inscrição como CC que o candidato possua grau académico de licenciado, mestre ou doutor na área de contabilidade, gestão, economia, ciências empresariais ou fiscalidade. Por outro lado, no Anúncio n.º 6060/2010 são detalhados os critérios para o reconhecimento da habilitação académica adequada para o exercício da profissão, designadamente os conteúdos e horas de formação mínimos. Por exemplo, o regulamento estabelece como áreas nucleares do curso, a Contabilidade e Relato Financeiro, a Contabilidade Analítica e de Gestão, a Fiscalidade, as Finanças, o Direito das Empresas e a Ética e Deontologia, áreas estas que devem ter uma maior carga horária. São ainda identificadas outras áreas complementares, como a Auditoria, a Organização e Gestão de Empresas, a Economia, a Matemática, as Tecnologias e Sistemas de Informação e o Inglês para Negócios.

Estas exigências fazem com que o futuro CC seja dotado de um conhecimento bastante alargado, podendo de facto servir como um apoio fundamental no âmbito alargado das necessidades de uma PME, como por exemplo, no apoio a todo um processo de candidatura a fundos comunitários, e muito para além de apenas se preocupar com a regularidade contabilística que advém diretamente da responsabilidade legal da profissão.

2. Subsídios Comunitários ao Investimento

2.1. Principais apoios ao investimento

O Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, define o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI) para o período 2014-2020, designado por Portugal 2020 (PT2020). Este modelo, decorre do Acordo de Parceria que Portugal propôs à Comissão Europeia em julho de 2014¹, o qual adota os princípios de programação da Estratégica Europa 2020 e em que consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial, com o objetivo de estimular o crescimento e a criação de emprego durante os próximos anos em Portugal. Deste modo, para promover e fazer cumprir com as metas da Europa 2020, o nosso país tem de apresentar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo é definido intervenções, investimentos e prioridades financeiras.

De forma a operacionalizar a aplicação dos fundos europeus, com especial foco na iniciativa empresarial, é aprovado o Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização (RECI), através da Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro². No art.º 3º do diploma, é definido que o sistema de incentivos às empresas previsto no RECI abrange as seguintes tipologias de investimento:

- a) Inovação empresarial e empreendedorismo;
- b) Qualificação e internacionalização das PME;
- c) Investigação e desenvolvimento tecnológico.

Estas três tipologias dão origem aos seguintes sistemas de incentivos, com regras próprias: Sistema de Incentivo à Inovação, Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização e Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. Por outro lado, ainda podemos encontrar incentivos sobre a modalidade de

¹ Acordo de parceria obtido em:

https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/1.%20AP_Portugal%202020_28julho.pdf

² Republicado pela Portaria n.º 360-A/2017, de 23 de novembro, que procede à quinta alteração ao RECI.

vales para contratar serviços de consultoria, designadamente, Vale Empreendedorismo Qualificado e Criativo, Vale Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Vale Internacionalização e o Vale Inovação. De seguida, descrevemos de forma breve, estas modalidades de incentivos.

O Sistema de Incentivos à Inovação Empresarial e Empreendedorismo, tem como objetivo e de acordo com o artigo 19.º e 20.º do RECI, promover a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como pela introdução de melhorias tecnológicas, criação de unidades de produção e estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial crescimento (ver anexo 1).

O Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização, tem como objetivo e de acordo com o artigo 40.º e 41.º do RECI, a promoção da competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença ativa das PME no mercado global. Apoia o investimento em fatores dinâmicos da competitividade (propriedade industrial, criação de marcas, criação ou reforço de capacidades laboratoriais, organização e gestão e TIC, qualidade, ambiente, inovação, economia digital, entre outros). Este incentivo pode ir até 500 mil euros a fundo perdido (ver anexo 2).

O Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico perante o artigo 60.º e 61.º do RECI, consiste em projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT) e de demonstração tecnológica, liderados por PME, as Associações Empresariais, que envolvam atividades de investigação industrial e/ou de desenvolvimento experimental, conducentes à criação de novos produtos, processos ou sistemas ou à introdução de melhorias significativas em produtos, processos ou sistemas existentes (ver anexo 3).

Relativamente ao **Vale Empreendedorismo** são beneficiários as PME de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, que se proponham a desenvolver projetos de investimento e que cumpram com os requisitos necessários. São elegíveis os projetos inseridos em todas as atividades económicas, à exceção tais como as financeiras

e de seguros, de defesa, de lotarias e outros jogos de aposta, de setor da pesca e da aquicultura do setor da produção agrícola primária, os auxílios para a participação em feiras e os auxílios à inovação em matéria de processos e organização. O incentivo a conceder para os projetos, neste âmbito, reveste a forma não reembolsável (fundo perdido). O incentivo a conceder, aos projetos no âmbito do Vale Inovação, é calculado através da aplicação às despesas elegíveis de uma taxa máxima de 75%.

O **Vale Investigação e Desenvolvimento (I&D)** são beneficiários as PME de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, que se proponham a desenvolver projetos de investimento e que cumpram com os requisitos necessários. As atividades económicas que não são elegíveis à exceção são as atividades financeiras e de seguros, as de defesa, as de lotarias e outros jogos de apostas. O incentivo a conceder, aos projetos no âmbito do Vale Investigação e Desenvolvimento, é calculado através da aplicação às despesas elegíveis de uma taxa máxima de 75%, com limite de 15.000€.

O **Vale Internacionalização** são os beneficiários deste tipo de apoio os previstos no aviso de abertura do concurso as empresas PME de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, que cumpram com os critérios de acesso e de elegibilidade a seguir enunciados. Os limites de apoio são de 10.000€ por projeto (5.000€ para a componente de diagnóstico de oportunidades e 5.000€ para a componente de assistência técnica para implementação das recomendações a curto prazo). Relativamente as taxas de financiamento é de 75% das despesas elegíveis, subsídio não reembolsável. No caso do PO Lisboa o incentivo é calculado a uma taxa de 40% das despesas elegíveis, subsídio não reembolsável.

No **Vale Inovação** são considerados beneficiários, as PME de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, que se proponham a desenvolver projetos de investimento e que cumpram com os requisitos necessários. As atividades económicas não consideradas neste tipo de apoio são as financeiras e de seguros, as de defesa, as de lotarias e outros jogos de aposta, as do setor da pesca e da aquicultura e as do setor da produção agrícola primária, os auxílios para a participação em feiras e os auxílios à inovação em matéria de processos e organização. O incentivo a conceder para os projetos, neste âmbito, reveste a forma não reembolsável (fundo perdido). Sendo que o incentivo a conceder, aos projetos

no âmbito do Vale Inovação, é calculado através da aplicação às despesas elegíveis de uma taxa máxima de 75%.

No âmbito da atividade empresarial, e com vista à promoção do investimento e competitividade, as empresas podem beneficiar, igualmente, de incentivos fiscais ao investimento produtivo. Estes são caracterizados pela redução ou isenção de pagamentos de impostos tais como IMI, IMT e Impostos de Selo, assim como pela redução do IRC. Por exemplo, o SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial) é uma linha de crédito fiscal (dedução à coleta), decorrente das atividades de investigação e desenvolvimento realizadas por empresas em território nacional, respeitantes ao exercício fiscal anterior ao ano da candidatura. Projetos entregue até final de julho do ano seguinte ao exercício económico. As despesas consideradas como elegíveis são, as aquisições de ativos tangíveis, despesas com o pessoal, despesas de funcionamento, com um máximo de 55% das despesas com o pessoal diretamente envolvido em tarefas de I&D contabilizadas a título de vencimento no exercício respetivo, ou custos com registo e manutenção de patentes tanto para PE como PME. Estas despesas têm obrigatoriamente de estar referenciados no âmbito das atividades de inovação e desenvolvimento³.

Podemos ainda encontrar **Fundos de Capital de Risco (FCR)** que representam financiamento direto e/ou garantia de acesso a financiamento bancário, por um período temporário médio de 3 a 7 anos, para criação de novas empresas ou para expansão de atividades de empresas existentes em sectores de atividade inovadores e que apresentam grande potencial de crescimento. Dentro destes existem⁴:

- ***Inovação e Internacionalização de PME***, tem como principal objetivo fazer com que as empresas desenvolvam estratégias de inovação, crescimento, modernização e internalização. Para este tipo de apoio o valor estipulado vai até 1,5 milhões de euros por ano.

³ Informação sobre o SIFIDE retirada do sítio institucional na *internet*: <http://sifide.ani.pt>.

⁴ Informação sobre os Fundos de Capital de Risco retirada do sítio institucional na *internet*: <http://www.pmeinvestimentos.pt>.

- *Corporate Venture Capital*, este é focado essencialmente para projetos de investimento de criação de novas unidades de financiamento, com base em empresas tecnológicas já existentes no mercado. Para este tipo de apoio a verba pode ir até 1 milhão de euros, em que pelo menos 70% da participação em cada projeto deve ter como garantia o capital.
- *Projetos fase “Early stage”*, projetos emergentes de pequenas escalas com caráter inovador e/ou diferenciador e/ou forte conteúdo de inovação, que perante o IAPMEI, cujas as empresas têm estatuto PME e com um número máximo de três anos de exercício económico fechados. Para projetos de pequena escala o valor de verba pode ir até 100 mil euros e para os projetos de forte conteúdo de inovação pode ir até 1 milhão de euros de apoio.
- *Projetos Fase “pré-seed”*, tem como característica o elevado risco envolvido, tendo como foco projetos com conteúdo tecnológico relevante na fase de prova do conceito e período de investimento até 3 anos. Tem de resultar obrigatoriamente da industrialização e comercialização de produtos viáveis. O investimento baseia-se no projeto de negócio com apoios, por via da participação do FCR no capital social até 300 mil euros.

Outras linhas de apoio, consubstanciadas em financiamento podem ser encontradas, embora nem todas sejam exclusivamente para apoio às despesas de investimento, como por exemplo, a linha de crédito PME Crescimento.

2.2. SI – Qualificação e Internacionalização: um exemplo de apoio ao investimento

Como o estudo de caso, a apresentar no âmbito das funções de estágio, segue essencialmente, as funções e relação do CC durante as fases de um projeto apresentado ao Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização das PME, descrevemos de seguida algumas particularidades desta tipologia de acordo com o RECI atualizado.

Contudo, centrando-nos especificamente em descrever, o sistema de incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME, estabelece o n.º1 do artigo 42.º, que, são suscetíveis de financiamento os projetos de promoção da internacionalização que visem:

- a) O conhecimento de mercados externos;
- b) A presença na web, através da economia digital, incluindo designadamente o lançamento de catálogos virtuais de bens e serviços;
- c) O desenvolvimento e promoção internacional de marcas; a prospeção e presença em mercados internacionais;
- d) O marketing internacional; a introdução de novos métodos de organização nas práticas comerciais ou nas relações externas;
- e) E as certificações específicas para os mercados externos.

Já no n.º 2 do mesmo artigo, analisa-se a área de investimento relativo à qualificação das PME, sendo apoiados projetos de qualificação estratégica de PME, que concorrem para o aumento da sua competitividade, flexibilidade e capacidade de resposta ao mercado global, nos seguintes domínios imateriais de competitividade são:

- a) Inovação organizacional e gestão;
- b) Economia digital e tecnologias de informação;
- c) Criação de marcas e design;
- d) Desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processo;
- e) Proteção de propriedade industrial;
- f) Qualidade - certificação, no âmbito do sistema português da qualidade (SPQ) ou de sistemas internacionais de certificação;
- g) Transferência de conhecimento (ex. aquisição de serviços de consultoria e assistência técnica);
- h) Distribuição e logística;
- i) Eco-inovação;
- j) Formação profissional;
- k) Contratação de recursos humanos altamente qualificados pelas empresas, associada a estratégias de inovação.

O artigo 43.º define os critérios de elegibilidade dos projetos nesta área, que entre outros, destaca-se:

- a) Ter data de candidatura anterior à data de início dos trabalhos;
- b) No caso da modalidade de candidatura projeto individual, ser sustentado por uma análise estratégica da empresa que identifique as áreas de competitividade críticas para o negócio em que se insere, diagnostique a situação da empresa nestas áreas críticas e fundamente as opções de investimento consideradas na candidatura, as quais devem estar devidamente enquadradas numa proposta financeira sustentável do negócio desenvolvido pela empresa;
- c) Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento;
- d) Demonstrar o efeito de incentivo, conforme previsto no artigo seguinte do presente regulamento;
- e) Ter uma duração máxima de execução de 24 meses, exceto em casos devidamente justificados.

Como podemos observar, a exigência destes critérios é coincidente com o âmbito mais alargado de funções do CC, podendo inclusive ser ele o responsável pela elaboração do plano estratégico e estudo de viabilidade do projeto, fazendo cumprir a alínea b) do artigo 43.º. Refere Cebola (2017) que o acesso de um projeto a sistemas de incentivos comunitários (SI), para além de outros critérios, é requerida a demonstração da existência de perspetivas de viabilidade económica- financeira do projeto, que em geral é validada pela participação de entidades financeiras no seu financiamento e/ou sociedades de garantia mútua, na prestação de garantias necessárias à sua execução ou ao recebimento do incentivo. No primeiro capítulo, verificámos, por exemplo, a importância dos contabilistas como interlocutores privilegiados com as instituições reguladoras e as financeiras.

Outro aspeto importante é definir as despesas que podem ser alvo de financiamento, isto é, as despesas elegíveis. Tendo por referência, o nº 1 do artigo 51.º, sobre as áreas de investimento de qualificação e internacionalização das PME,

consideram-se elegíveis as despesas diretamente relacionadas com o desenvolvimento do projeto, tais como:

- a) Aquisições para aplicação de novos métodos organizacionais em que são os equipamentos na média em que forem utilizados no projeto;
- b) Software relacionado com o desenvolvimento do projeto;
- c) Custo com a contratação de um máximo de dois novos técnicos por projeto, com nível de qualificação igual ou superior a 6, na medida em que forem utilizados no projeto e durante a execução do mesmo;
- d) Participação em feiras e exposições no exterior, onde se insere os custos com o arrendamento de espaço, custo com a construção do stand, custos de funcionamento do stand.

Outras despesas compreendidas são:

- a) Serviços de consultoria especializada, prestada por consultores externos relacionados com o prospeção e captação de novos clientes;
- b) Ações de promoção realizadas em mercados externos;
- c) Campanhas de marketing nos mercados externos;
- d) Custos com a intervenção do contabilista certificado ou revisor de contas até ao limite de pagamento de despesa em 5 mil euros;
- e) Assistência técnica,
- f) Estudos,
- g) Diagnósticos;
- h) Auditorias, em que os custos com entidades certificadoras e os custos de conceção estão incluídos;
- i) Registo associados à criação de novas marcas ou coleções;
- j) Custos iniciais de plataformas eletrónicas com diretórios ou motores de busca,
- k) A obtenção, validação e defesa de patentes e outros custos de registo de propriedade industrial.

Na alínea e) do mesmo artigo, é identificada ainda a elegibilidade de despesas com a formação de recursos humanos, estando a natureza e limites das despesas previstos em diploma próprio, mas englobam, os custos dos formandos que participam em formações, os custos de funcionamento relativos a formadores e formandos diretamente relacionados

com o projeto e amortização dos instrumentos e equipamentos, na média em que forem exclusivamente utilizados no projeto de formação em causa, todos os custos que estão relacionados com a deslocação dos formandos nas ações de formação. Por fim na alínea f) podem ser elegíveis, os custos salariais com a contratação de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, inclui o vencimento base, até ao máximo definido no aviso de candidatura mediante celebração de contrato de trabalho com duração máxima de 36 meses. As despesas não elegíveis, são de forma genérica identificadas no artigo 7.º e especificamente no artigo 52.º do RECI.

Relativamente ao apoio financeiro, de acordo com o artigo 50.º, o incentivo a conceder aos projetos para Qualificação e Internacionalização das PME, é calculado através da aplicação às despesas elegíveis de uma taxa máxima de 45%, com a exceção, primeiramente pela modalidade de candidatura de projetos conjuntos em que a taxa máxima de incentivo atribuída às PME é de 50%, em segundo lugar, das despesas elegíveis do promotor, na modalidade de candidatura projetos conjuntos, em que a taxa máxima de incentivo é de 85%, em terceiro lugar, dos custos elegíveis de formação profissional, em que a taxa base de incentivo é de 50%, acrescida de majorações quando aplicável, não podendo, em qualquer caso, a taxa global ultrapassar os 70%, e por último dos custos elegíveis com a contratação de recursos humanos altamente qualificados nas empresas em que a taxa base de incentivo é de 50%.

É importante salientar que segundo o artigo 49.º do RECI, este tipo de incentivo, apresenta-se sob a forma subsídio não reembolsável, aplicando-se ainda a regra dos limites de incentivo de acordo com as seguintes modalidades de candidatura:

- a) No caso de projetos individuais, 500.000,00€;
- b) No caso de projetos conjuntos, o valor médio máximo por entidade promotora é 180.000,00€.

Outros sistemas de incentivos, como o da Inovação Empresarial e Empreendedorismo⁵, apresentam formas diferentes de concessão do subsídio, designadamente como incentivo reembolsável, que mediante o cumprimento de metas se pode transformar a fundo perdido (não reembolsável). O plano de reembolso do incentivo

⁵ De acordo com o artigo 30.º do RECI – Forma, montante e limites dos incentivos.

é aplicado de acordo com condições bastante específicas, sendo estas aprofundadas no contexto de aplicação prática de estágio, mais a frente neste relatório. Assim como, todo o aspeto diferencial de contabilização destas operações.

Por fim e ainda no âmbito das disposições gerais do RECI, artigo 5.º, são definidos os seguintes critérios de elegibilidade dos beneficiários e dos promotores:

- a) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- b) Não ser uma empresa em dificuldades de acordo com a definição prevista no artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho;
- c) Declarar que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno, com exceção dos regimes de auxílio destinados a remediar os danos causados por certas calamidades naturais, de acordo com a alínea a) do artigo 4.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho;
- d) Declarar que não tem salários em atraso.

Como podemos verificar, pela alínea a), logo à partida a elegibilidade do promotor implica a intervenção do CC, que de uma forma direta é responsável pelas contas da empresa. Por outro lado, em todas as restantes exigências, o CC é um interveniente especialmente informado.

No entanto, todos os critérios referidos no RECI, tendo por exemplo os descritos no âmbito do SI-Qualificação e Internacionalização, pode caber ao CC, fazer a sua análise e interpretação, de forma a garantir que as entidades promotoras que pretendem candidatar-se a incentivos do Estado, tenham enquadramento, estejam informadas e tenham boas candidaturas. No decorrer da execução de um projeto, o CC tem ainda muitas outras funções, como é o caso da validação da realização e pagamento das despesas de investimento.

3. A Contabilidade de Subsídios

3.1. O Processo de Normalização Contabilística

Segundo Carvalho *et al.* (2011), o crescente movimento de internacionalização originou uma forte pressão sobre diferentes formas de regulamentação das atividades económicas das empresas, especialmente ao nível de mercados financeiros. Perante isto, especialmente os investidores, sendo estes os principais utilizadores da informação financeira, tornam-se cada vez mais exigentes na quantidade e qualidade da informação a divulgar pelas empresas, assumindo um papel de destaque, face às restantes características qualitativas que devem presidir à preparação da informação contabilística.

Existem diversos organismos de normalização contabilística, sendo a nível internacional o *International Accounting Standards Board* (IASB) e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) os mais importantes. A nível nacional, este papel cabe à Comissão de Normalização Contabilística (CNC) que tem concordância com as diretivas e regulamentos da União Europeia (UE) e que tem vindo a formalizar processos de convergência das regras contabilísticas de forma a construir uma normativa base a todos os estados membros e para que exista harmonia na informação divulgada. O objetivo deste processo é incrementar a comparabilidade da informação financeira e fazer aumentar a perceção qualitativa dos efeitos económicos resultantes da diversidade contabilística (Carvalho *et al.*, 2011).

A transposição das diretivas comunitárias no âmbito da contabilidade e a decisão da UE em adotar as normas do IASB⁶, levou a profundas alterações na contabilidade nacional, com a substituição do Plano Oficial de Contabilidade (POC)⁷ pelo novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), através da publicação do Decreto-Lei n.º

⁶ A decisão de adoção das normas do IASB é efetivada pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. Em 2003, é emitido o Regulamento (CE) n.º 1725/2003 da Comissão, de 29 de setembro, que transpõe o primeiro conjunto de IAS/IFRS para adoção dos Estados Membros. Entretanto, este regulamento foi revogado e substituído pelo Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro, que apresenta o conjunto de normas adotadas, após diversas alterações e correções ao longo dos anos.

⁷ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro.

158/2009, de 13 de julho, o qual entrou em vigor no primeiro exercício que iniciou em ou após 1 de janeiro de 2010. Este novo sistema contabilístico contempla, no regime geral, um conjunto de Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) de âmbito nacional, as quais têm por base as *International Accounting Standard* (IAS) / *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Como afirmava Carvalho *et al.* (2011), as NCRF do SNC constituem uma adaptação das IAS/IFRS (tal como adotadas pela UE) à realidade nacional, aspeto que está claramente identificado no preâmbulo ao Decreto-Lei n.º 158/2009 quando se refere que “a normalização contabilística nacional deverá aproximar-se, tanto quando possível, dos novos padrões comunitários, por forma a proporcionar ao nosso país o alinhamento com as diretivas e regulamentos em matérias contabilísticas da UE, isto sem ignorar, como é normal, as características e necessidades específicas do tecido empresarial”.

Mais recentemente, a UE emitiu a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, a qual alterou o quadro de aplicação da contabilidade em função da dimensão das entidades⁸. A transposição desta diretiva para o direito nacional, concretizou-se no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, o qual altera e procede à republicação do SNC. Desta forma, a contabilidade, inclusive a aplicação de regras sobre tratamento contabilístico de subsídios, pode ser diferente em função do tipo de entidade.

Em Portugal, as entidades com título à cotação devem aplicar as IAS/IFRS. Relativamente às restantes estabelecem-se diferentes níveis de aplicação, consoante a empresa é classificada em grande entidade, média entidade, pequena entidade ou microentidade. Os fatores de classificação assentam em três critérios, isto é, o total de volume de negócios, o total de ativo (ou total de balanço) e o número de funcionários.

No campo das categorias de entidades, consideram-se grandes entidades aquelas cujos limites ultrapassem dois dos três estabelecidos para as médias entidades:

- Total do balanço: 20.000.000€

⁸ Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.

- Volume de negócios líquido: 40.000.000€
- Número médio de empregados durante o período: 250

Por sua vez as empresas de média dimensão são as que ultrapassam dois dos três limites estabelecidos para as pequenas entidades, designadamente: um total do balanço de 4.000.000,00€, um volume de negocio ilíquido de 8.000.00,00€ e um número médio de empregados ser 50. Estas entidades devem utilizar as referidas NCRF, aplicando o SNC na sua plenitude (Neves, 2012). As entidades que não atinjam estes limites aplicam NCRF específicas para pequenas empresas (NCRF-PE), sendo que o regime mais simples assenta na Norma Contabilística para microentidades (NC-ME), sendo estas as que não ultrapassam os limites de pelo menos dois critérios: total de balanço de 350.000,00€, volume de negócios líquido de 700.000,00€ e número médio de 10 empregados durante o período. Este enquadramento da dimensão das entidades, é muito importante, também no âmbito dos subsídios comunitários, visto existirem diferentes regras de acesso e critério de financiamento, em função desse tamanho.

No geral, sendo que a maioria das empresas que recorrem a subsídios comunitários são empresas não cotadas, e, portanto, que caem sob o âmbito de aplicação das NCRF, no próximo ponto descrimina-se as regras de contabilização de subsídios em Portugal tendo por base a análise da NCRF 22 – Subsídios e Outros Apoios das Entidades Públicas, a qual faz parte do conjunto de NCRF introduzidas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho.

3.2. Enquadramento Normativo da Contabilidade de Subsídios em Portugal

A atual NCRF 22 - Subsídios e Outros Apoios das Entidades Públicas⁹ engloba as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho e substituí a anterior NCRF 22 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo, não representando contudo, alterações significativas nas regras de contabilização.

A NCRF 22 tem como objetivo, estabelecer os procedimentos que uma entidade deve aplicar na contabilização de subsídios e de apoios das entidades públicas (NCRF 22, §1). Esta norma, inicialmente, esclarece o *âmbito* da sua aplicação e a apresentação das principais definições dos termos mais relevantes usados no seu conteúdo, seguindo-se a apresentação dos critérios de reconhecimento e mensuração dos subsídios.

As regras constantes nesta norma, prendem-se com subsídios, quer os relacionados com ativos, quer os relacionados com rendimentos, assim como, com o tratamento contabilístico no caso particular dos reembolsos de subsídios provenientes de entidades públicas.

De acordo com o §2 da NCRF 22, esta deve ser aplicada na contabilização de subsídios e de outras formas de apoio das entidades públicas, sendo em termos gerais, excluídos do seu âmbito:

- a) Os problemas especiais que surgem da contabilização dos subsídios das entidades públicas em demonstrações financeiras que reflitam os efeitos das alterações de preços ou na informação suplementar de natureza semelhante;
- b) O apoio das entidades públicas que seja proporcionado a uma entidade na forma de benefícios que ficam disponíveis ao determinar o resultado tributável ou que sejam determinados ou limitados na base de passivos por impostos

⁹ A NCRF tem por base a IAS 20 – Contabilização dos Subsídios Governamentais e Divulgação de Apoios Governamentais, adaptada pela UE em que a vertente mais fundamentada está no Regulamento (CE) n.º 1126/2008, de 3 de novembro.

- sobre o rendimento (tais como isenções temporárias do imposto sobre o rendimento, créditos de impostos por investimentos, permissão de depreciações aceleradas e taxas reduzidas de impostos sobre o rendimento);
- c) A participação das entidades públicas na propriedade (capital) da entidade; e
 - d) Os subsídios das entidades públicas cobertos pela NCRF 17 - Agricultura.

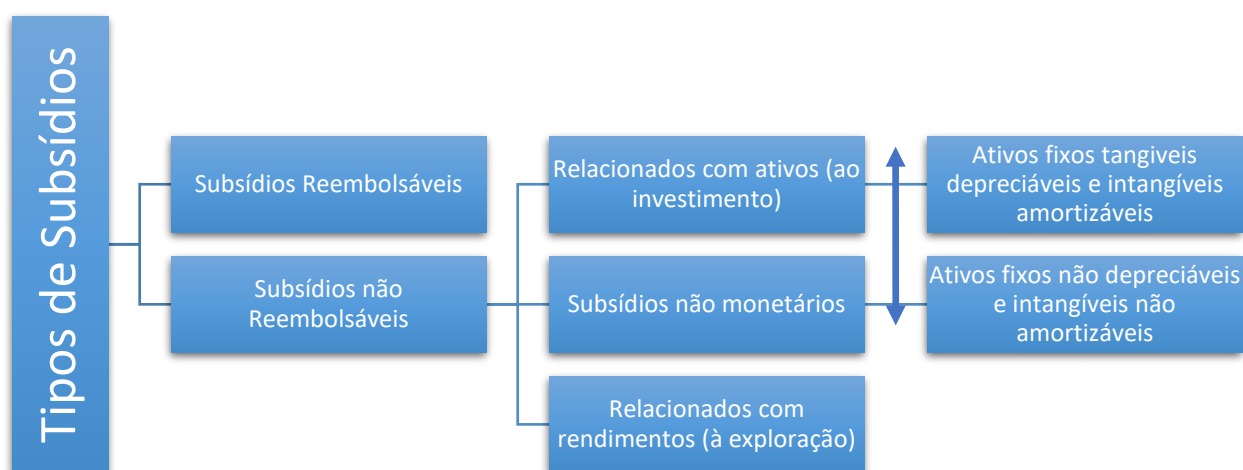
Segundo esta norma perante o §4, importa analisar as principais *definições* tais como:

- Apoio das entidades públicas – *é a ação concebida pelas entidades públicas para proporcionar benefícios económicos específicos a uma entidade ou a uma categoria de entidade que a eles se propõem segundo certos critérios. Para os fins desta Norma, não inclui os benefícios, única e indiretamente, proporcionados através de ações que afetam as condições comerciais gerais, tais como o fornecimento de infraestruturas em áreas de desenvolvimento ou a imposição de restrições comerciais sobre concorrentes.*
- Governo – *refere -se às diferentes entidades públicas e a organismos semelhantes sejam eles locais, nacionais ou internacionais.*
- Justo Valor – *é a quantidade pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas.*
- Subsídios das entidades públicas – *são auxílios das entidades públicas na forma de transferência de recursos para uma entidade em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas com as atividades operacionais da entidade. Excluem as formas de apoio das entidades públicas às quais não possa razoavelmente ser-lhes dado um valor e transações com as entidades públicas que não se possam distinguir das transações comerciais normais da entidade.*

- Subsídios não reembolsáveis – *são apoios das entidades públicas em que existe um acordo individualizado da sua concessão a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.*
- Subsídios relacionados com ativos – *são subsídios das entidades públicas cuja condição primordial é a de que a entidade que a eles se propõe deve comprar, construir ou por qualquer forma adquirir ativos a longo prazo. Podem também estar ligadas a condições subsidiárias restringindo o tipo ou a localização dos ativos ou dos períodos durante os quais devem ser adquiridos ou detidos.*
- Subsídios relacionados com rendimentos – *são subsídios das entidades públicas que não sejam os relacionados com ativos.*

A figura 1 identifica, tendo por base a NCRF 22, a classificação dos subsídios, iniciando-se por dividir entre reembolsáveis e não reembolsáveis.

Figura 1 - Classificação dos Subsídios segundo a NCRF 22



Fonte: Elaboração Própria

Os subsídios monetários ou não monetários ao justo valor¹⁰, só devem ser reconhecidos pela entidade, caso exista segurança que, cumulativamente (NCRF 22, §8):

- a) A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
- b) Os subsídios serão recebidos.

Uma entidade pode receber na totalidade ou parte de um qualquer subsídio (em dinheiro ou não) e não reconhecer contabilisticamente esse auxílio. Tal poderá suceder quando, por exemplo, no momento de reconhecer o subsídio, uma entidade tiver já a confirmação de que não irá cumprir as condições e eles associadas, pois por exemplo, não irá manter o número de postos de trabalho exigidos ou não irá atingir determinados indicadores económicos.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente **reconhecidos nos Capitais Próprios** e, subsequentemente (NCRF 22, §12):

- a) Quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis amortizáveis, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- b) Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Esta é uma das grandes alterações face ao preconizado com o POC, onde os subsídios ao investimento e não reembolsáveis eram classificados como passivo (conta

¹⁰ Um subsídio das entidades públicas pode tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da entidade. Nestas circunstâncias é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão de registar por uma quantia nominal (NCRF 22, §22).

2745 – Proveitos Diferidos). Neste âmbito Pereira *et al.* (2015) analisaram 124 empresas portuguesas que reportavam subsídios ao investimento em 2009, verificando o impacto da reclassificação contabilística, com a introdução da NCRF 22, nos rácios financeiros das empresas. Concluíram que os capitais próprios aumentaram, em média, cerca de 4,5%, sendo que esta situação teve um impacto positivo em rácios como a autonomia financeira e solvabilidade.

Os **subsídios das entidades públicas reembolsáveis** devem ser **reconhecidos como Passivos**, devendo ser reconhecidos de acordo com o §12 caso se transformem em subsídios não reembolsáveis. Ainda a este nível, diz o §18 da NCRF 22, que um subsídio das entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à entidade sem qualquer futuro gasto relacionado deve ser reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível. Estes últimos são **subsídios relacionados** diretamente **como rendimentos**, normalmente designados de subsídios à exploração.

Relativamente à apresentação dos subsídios, no §23 da NCRF 22 refere-se que são os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os apoios não monetários, estes devem ser apresentados no Balanço como componentes do capital próprio e imputados como rendimentos do período numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. No caso dos subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar déficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios devem ser apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados (NCRF, §25)

Por fim, um subsídio de entidades públicas que se torne reembolsável deve ser contabilizado como uma alteração de estimativa contabilística¹¹. O reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser aplicado em primeiro lugar em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado registado com respeito ao subsídio. Na medida em que o reembolso exceda tal crédito diferido, ou quando não exista crédito diferido, o reembolso deve ser reconhecido imediatamente como um gasto.

Relativamente ao tratamento de subsídios em Pequenas Entidades (PE) e Microentidades (ME), os Avisos n.º 8257/2015 – NCRF-PE e n.º 8255/2015 – NCRF-ME condensam numa única norma os principais aspetos das diferentes NCRF, apresentando no ponto 14 de forma simplificada as regras da NCRF 22.

3.3. A Contabilização dos principais tipos de Subsídios.

Neste ponto iremos abordar a contabilização prática dos subsídios, através do uso do sistema de contas do SNC. A literatura existente assenta essencialmente em aspetos práticos e normalmente está formalizada por livros gerais sobre SNC (ex.: Gomes e Pires, 2015), artigos em revistas de profissionais (ex.: Franco, 2010) ou algumas dissertações de mestrado (ex.: Mota, 2015), retratando a temática de contabilização com poucas diferenças. Assim, referente aos subsídios não reembolsáveis, para os ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida é considerado o reconhecimento de rendimentos e gastos tendo em conta os seguintes termos (Gomes e Pires, 2015):

¹¹ Requisitos referidos na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

1. Recorde-se que de acordo com o §12 da NCRF 22, os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida devem ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
2. Consequentemente temos de identificar primeiro, a quantia escriturada daqueles ativos, a qual não é afetada pelo subsídio com eles relacionados, sendo o seu registo feito em conta da classe 4 – Investimentos, por contrapartida da conta de terceiros;
3. Aquando do seu reconhecimento inicial, o subsídio é registado contabilístico a crédito na conta 593 – Subsídios e doações (subconta 5931 – Subsídios atribuídos¹²) por contrapartida da conta de terceiros (conta 27) ou de depósitos à ordem (conta 12);
4. Posteriormente o subsídio é reconhecido como rendimento, numa base sistemática, nas demonstrações dos resultados dos períodos necessários para balanceá-los proporcionalmente com os gastos relacionados, normalmente os decorrentes do registo das depreciações e amortizações. O reconhecimento do subsídio como rendimento é registado a crédito na conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos e a débito na conta 593.

Embora não seja alvo, da parte prática do presente relatório de estágio, este registo pode implicar a determinação de impostos diferidos. Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de aumento de ativos (meios líquidos ou contas a receber) que resulta em aumento do capital próprio. Depois, nos períodos subsequentes em que o

¹² Em relação aos registos contabilísticos é aconselhado que se crie a conta 593 – Subsídios e doações, as subcontas: 5931 – Subsídios atribuídos e 5932 – Ajustamentos em subsídios.

subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração de resultados, é também reconhecido o correspondente imposto. Esta situação implica que aquando do registo do subsídio em capital próprio (como rendimento a reconhecer na demonstração dos resultados) haverá que registar, também, no capital próprio (como gasto a reconhecer na demonstração dos resultados) o ajustamento desse aumento de capital próprio, derivado do imposto que lhe está associado. Assim sendo, e tendo em conta que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas abrange a quantia do subsídio, reduzindo o valor do imposto que lhe está associado.

Por outro lado, é reconhecido o imposto diferido quando a quantia escriturada dos ativos com que os subsídios se relacionam é igual à base fiscal desse ativo de acordo com a § 5 da NCRF 25- Impostos sobre o Rendimento. O que faz com que não exista qualquer diferença temporária de tributação, não existindo assim lugar ao reconhecimento de qualquer passivo por imposto diferido. Os ajustamentos derivados desta situação são contabilizados na subconta 5932 – ajustamentos em subsídios.

Por outro lado, fazendo ainda referencia aos subsídios não reembolsáveis, mas deste modo para os ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida é considerado o reconhecimento de rendimentos e gastos tendo em conta os seguintes termos:

1. De acordo com os §12 e 16 da NCRF 22, os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida devem ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente, ser mantidos nos capitais próprios (conta 593), exceto se a respetiva quantia for necessário para compensar qualquer perda por imparidade ou se requererem o cumprimento de alguma obrigação, caso e que serão reconhecidos como rendimento durante os períodos que suportam o custo de satisfazer tal obrigação.
2. Primeiramente a quantia escriturada daqueles ativos não é afetada pelo subsídio com eles relacionados e seguidamente, o subsídio é reconhecido como rendimento nas demonstrações de resultados dos períodos que suportam o custo de satisfazer

tal obrigação, ou nos períodos em que se torne necessário compensar qualquer perda por imparidade.

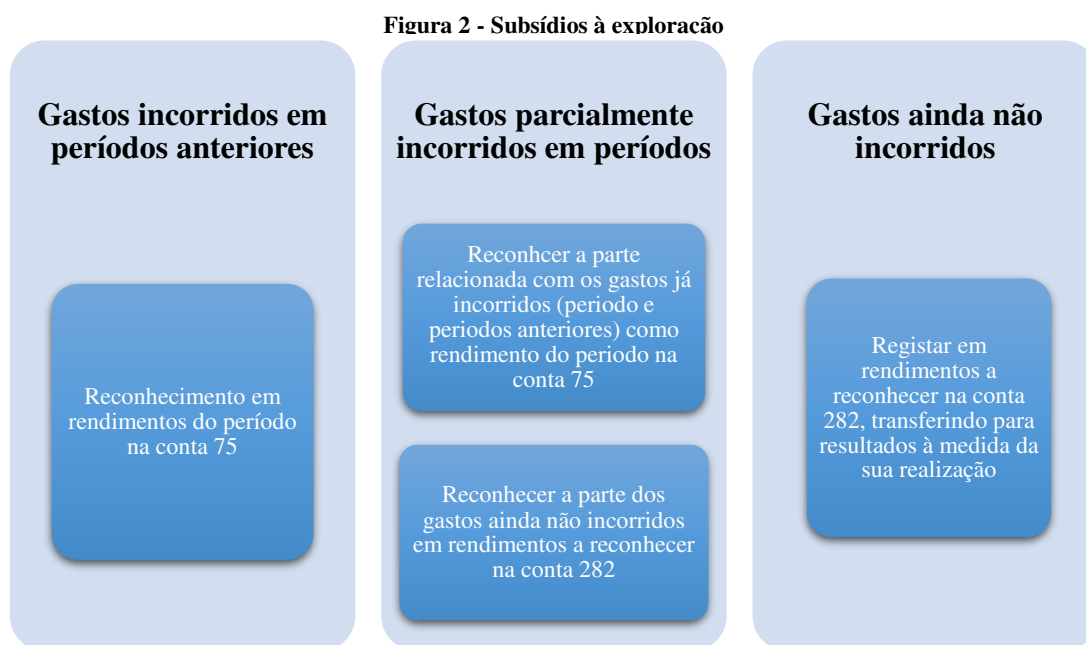
Esta situação pode também gerar impostos diferidos. Verifica-se que o reconhecimento do imposto diferido, originado por subsídios ao investimento, está dependente do momento em que contabilisticamente o subsídio é reconhecido como rendimento. Segundo Jesus e Morais (2010), num artigo denominado por “Subsídios ao Investimento e Impostos Diferidos” menciona que:

“É fundamental o momento em que contabilisticamente o subsídio é reconhecido como rendimento. Se se entender que o subsídio ao investimento é reconhecido como rendimento no seu reconhecimento inicial, então existe a necessidade de se reconhecer um passivo por impostos diferidos, uma vez que a tributação desse mesmo valor só ocorrerá durante a vida útil do investimento. Caso contrário, admitindo-se que o subsídio ao investimento só é reconhecido como rendimento durante a vida útil do investimento, não haverá lugar ao reconhecimento de qualquer passivo por impostos diferidos, já que, neste caso, o período em que o subsídio ao investimento é reconhecido como rendimento e o momento da sua tributação coincidem.”

Em relação aos **subsídios relacionados com rendimentos (ou à Exploração)**, de acordo com o §18 da NCRF 22, o subsídio à exploração pode ter como objetivo a compensação de gastos, em que não é apenas num só período, mas em mais períodos, assim sendo, devem ser reconhecidos na Demonstração de Resultados durante o período ou os períodos contabilísticos necessários para que os gastos inseridos estejam balanceados. Ainda segundo §20 da NCRF 22, um subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se torna recebível, por uma entidade em forma de compensação de gastos ou perdas incorridas num período anterior, ou seja, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Perante este facto, o recebimento do subsídio se decorrer antes do período que pretende compensar até que os gastos sejam reconhecidos como deferimento na conta 282 – Diferimentos – Rendimentos a reconhecer. Em contrapartida, no período em que o subsídio é atribuível, se já foram incorridos parte dos gastos que o subsídio pretende compensar, deve a entidade no período da atribuição do subsídio reconhecer a crédito, a parte do subsídio referente ao próprio período e ao período anterior na conta 751 – Subsídios do Estado e outros entes públicos.

A figura 2 resume as situações de contabilização que podem decorrer do período em que o subsidio à exploração é atribuível:



Fonte: elaboração Própria

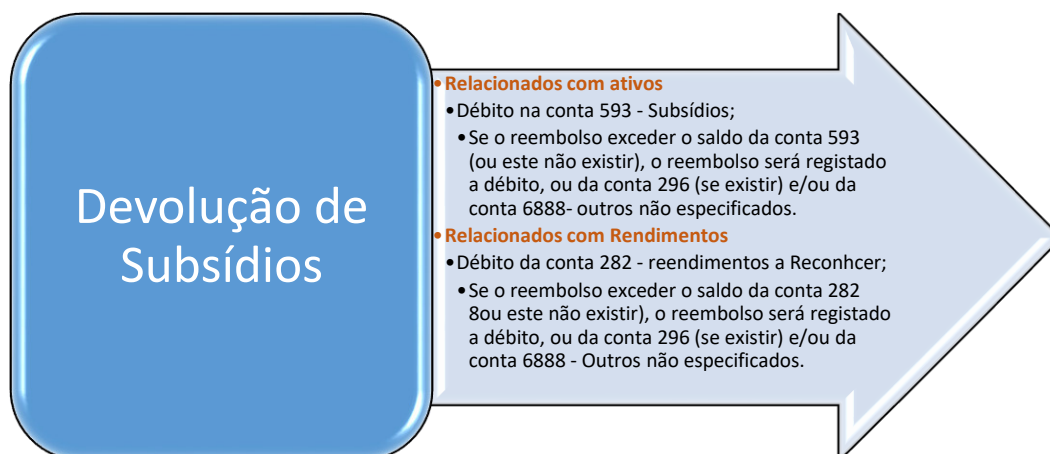
Algumas situações particulares merecem atenção, quando o subsídio não é reembolsável, mas por motivos de incumprimento é necessário efetuar a devolução. Nestes casos existe um registo a débito (Gomes e Pires, 2015):

- Na conta 593 - Subsídios, até esgotar o seu saldo, ou seja, até ao montante que ainda não foi imputado a resultados, no caso de se tratar de subsídios relacionados;
- Na conta 282 – Rendimentos a reconhecer, para os subsídios que estão relacionados com rendimentos.

- Na conta 296 - Provisões, caso no ano anterior se tenha concluído que as condições impostas não seriam cumpridas e o reembolso era provável e, neste caso, a empresa tinha dado cumprimento ao estabelecido nas NCRF, tendo em conta a criação de uma provisão.

No que toca ao caso particular de devolução (reembolso) de subsídios, à partida não reembolsáveis, apresentamos na figura 3 um resumo das situações, caso se trate de subsídios a ativos ou subsídios à exploração.

Figura 3 – Devolução de Subsídios não reembolsáveis



Fonte: elaboração própria

*Parte II – Estudo Aplicado / Relatório
Estágio*

4. Objetivos e Metodologia do Estudo

Este relatório é elaborado em contexto de estágio de mestrado, estágio este que teve início em 13 de outubro de 2015 e findo a 12 de julho de 2016. A empresa que me apoiou e aceitou como estagiária de mestrado foi a Globalseven, conforme referido anteriormente. Atualmente encontro-me como membro interno na empresa com a funções de acompanhar todos os clientes dos quais obtiveram candidaturas aprovadas aos sistemas de incentivos.

A Globalseven direciona a sua atenção para a ajuda às empresas na obtenção de financiamento e/ou desenvolvimento empresarial, através de sistemas de incentivos para PME e Empreendedores. A empresa trabalha, sobretudo, com 3 principais sistemas, sistema de incentivos à Qualificação e Internacionalização; Sistema de Incentivos à Inovação e Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

A estrutura da Globalseven, resulta do seu enfoque de negócio, apresentando uma divisão por departamentos, designadamente, o departamento de Contabilidade, o de Inovação & Desenvolvimento, o Comercial e Marketing e o de Qualidade e de Gestão.

O objetivo geral deste trabalho é fazer a ligação de todos as etapas, desde a candidatura, ao término de um projeto financiando. À posteriori a empresa pode manter a ligação de fornecedor/cliente, entre a Globalseven e os inúmeros clientes, intervindo o contabilista certificado da entidade, em todos os momentos da prestação do serviço, incluindo o tratamento contabilístico decorrente das operações do projeto.

A metodologia baseia se num estudo de caso, inserido no âmbito do estágio, onde será analisada uma candidatura ao sistema de incentivo de Qualificação e Internacionalização, que se encontra numa fase de pós-candidatura, e após decisão favorável das entidades competentes, a Globalseven segue todos os parâmetros de acompanhamento do projeto até ao seu encerramento.

Para além da intervenção direta na elaboração de todo o processo, foram inquiridos outros CC da empresa com intervenção em processos de candidaturas.

Conforme o próprio nome indica, a característica que distingue esta metodologia é o facto de ser um plano de investigação que se concentra no estudo pormenorizado e aprofundado, no seu contexto natural, de uma entidade bem definida: o “caso”. Mas o que é um “caso”? Quase tudo pode ser um caso: um indivíduo, um pequeno grupo, uma organização, uma comunidade, um processo, um incidente ou acontecimento imprevisto, etc. (Coutinho e Chaves, 2002). O Estudo de Caso tem como objetivo compreender o “caso” no seu todo e na sua unicidade (Gomez *et al.*, 1996, citado por Coutinho e Chaves, (2002)).

Segundo Coutinho e Chaves, 2002, a definição de “Estudo de Caso” varia de acordo com a referência de alguns autores, tais como:

- *“O Estudo de Caso é a exploração de um “sistema limitado”, no tempo e em profundidade, através de uma recolha de dados profunda envolvendo fontes múltiplas de informação ricas no contexto”* (Creswell, 2008).
- *“O Estudo de Caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno no seu ambiente natural, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são bem definidas (...) em que múltiplas fontes de evidência são usadas”* (Yin, 2001).
- *“É a estratégia de investigação mais adequada quando queremos saber o “como” e o “porquê” de acontecimentos atuais sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controlo”* (Yin, 2001).
- *“O Estudo de Caso – enquanto método de investigação qualitativa – tem sua aplicação quando o pesquisador busca uma compreensão extensiva e com mais objetividade e validade conceitual, do que propriamente estatística, acerca da visão de mundo de setores populares. Interessa ainda as perspectivas que apontem para um projeto de civilização identificado com a história desses grupos, mas também fruto de sonhos e utopias”* (Denzin e Lincoln, 2008).

Em síntese, o Estudo de Caso é uma *investigação empírica* (Yin, 2001) que se baseia no *raciocínio indutivo* (Bravo, 2006) e que se baseia em *fontes de dados múltiplas e variadas* (Yin, 2001).

O Estudo de Caso pode ser igualmente uma modalidade de investigação mista. Por vezes, e de forma a proporcionar uma melhor compreensão sobre o caso a estudar, combinam-se métodos quantitativos e qualitativos (Coutinho e Chaves, 2002).

5. Apresentação da Globalseven

Segundo documentos internos da empresa, esta caracteriza-se pelo facto de ser uma equipa multidisciplinar com vasta experiência académica e empresarial em empreendedorismo e gestão de PME, contribuindo ativamente para impulsionar a sustentabilidade e competitividade dos seus clientes. Tem uma vasta experiência no âmbito da consultoria dirigida maioritariamente a pequenas e médias empresas que permitem alcançar objetivos empresariais, no âmbito da modernização tecnológica e internacionalização, imprescindíveis à manutenção de níveis de competitividade e produtividade adequados ao aumento da concorrência emergente dos diferentes mercados.

Dirigindo, assim, a capacidade de intervenção nos domínios da consultoria especializada em organização e gestão, estudos e projetos de investimento e serviços de contabilidade.

A Globalseven privilegia uma atividade de dinamização empresarial, centrada no apoio à inovação e introdução de novas tecnologias e possui capacidades específicas para satisfazer as mais exigentes solicitações dos seus clientes.

Intervindo decisivamente na modernização tecnológica das empresas, a Globalseven realiza um conjunto de trabalhos qualificados que vão desde a conceção e implementação de soluções até à supervisão e coordenação de projetos, passando por estudos, diagnósticos diversos e o acompanhamento até ao final do projeto.

Possui capacidade e meios humanos e técnicos capazes de apoiar as empresas na análise dos problemas mais diversos, nomeadamente tecnológicos, energéticos, ambientais e da qualidade, apresentando aos clientes propostas técnicas inovadoras, assegurando um acompanhamento no terreno das atividades que desenvolve, de forma a poder avaliar os resultados da sua atuação. No caso dos projetos, a empresa tenta fazer todo o acompanhamento pós-projeto até ao seu encerramento.

Apoia os seus clientes nas decisões, através de uma análise criteriosa dos problemas, propondo soluções estruturadas, promovendo a otimização das

potencialidades das empresas, atuando com independência e respeitando o sigilo profissional.

Assim, a Globalseven tem como Missão apoiar as PME e futuros empreendedores a obter resultados sustentáveis, reforçar a competitividade das PME, estimular o empreendedorismo nacional, e promover o desenvolvimento socioeconómico dos mercados onde atuam. É objetivo primário da empresa ser reconhecida como uma empresa de referência nas áreas da consultoria em estratégia, inovação, empreendedorismo e internacionalização empresariais. Sendo que, baseia todo o seu método de trabalho nos seguintes valores:

- Inovação
- Criatividade
- Ética
- Simplicidade
- Atitude de Excelência
- Valorização das Pessoas
- Compromisso com Resultados
- Responsabilidade Social

A Globalseven assume como compromisso perante cada cliente:

- Implementar projetos de excelência;
- Criar valor acrescentado nas PME através da obtenção de resultados sustentáveis;
- Reforçar a competitividade nas empresas;
- Estimular o Empreendedorismo e a Inovação nacionais.

A empresa dá igualmente importância ao registo dos seus procedimentos, como no caso dos projetos, tendo apostado recentemente em sistemas integrados de gestão e no âmbito da qualidade

Foi implementado em setembro de 2017, um Sistema de Gestão Integrado (SGI), sistema global de uma organização, que inclui práticas, processos e recursos para o desenvolvimento e a implementação de procedimentos, manuais, políticas e boas práticas visando a satisfação de todas as partes interessadas. Os sistemas implementados na empresa Globalseven foram o Sistema de Gestão Qualidade (ISO9001:2015), Sistema de Gestão de responsabilidade Social (NP4469), Sistema de Gestão Ambiental (ISO14001), Sistema Gestão da Segurança da Informação (ISO27001), Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP4457) e Sistema de Gestão da Segurança e da Saúde no Trabalho.

Conforme Teixeira (2006, citado por Rodrigues (2013)), não adianta a organização implementar um ótimo Sistema de Controlo Interno (SCI), sem que alguém verifique se os funcionários estão a cumprir o que foi determinado no sistema, ou se o sistema deveria ser adaptado às novas circunstâncias, uma vez que os objetivos gerais da auditoria consistem em verificar se as normas internas estão a ser devidamente aplicadas e avaliar a necessidade de novas normas ou de revisão das normas internas existentes.

O controlo interno é uma forma de organização que pressupõe a existência de um plano e de um sistema coordenado destinado a prevenir a ocorrência de erros e irregularidades ou minimizar as suas consequências a maximizar o desempenho da entidade em que se insere. É ainda qualquer ação aplicado pela gestão para reforçar a possibilidade de que os objetivos e metas estabelecidas sejam atingidas¹³. Assim, o controlo é o resultado do planeamento, organização da gestão.

Esta aposta incide igualmente sobre o trabalho diário que é desenvolvido na empresa, pelo que este relatório de estágio foi contribuindo para a identificação de vários processos ligado à temática em estudo.

¹³ Tribunal de Contas (2013) – Manual de auditoria e de procedimentos.

5.1. Estrutura Organizacional

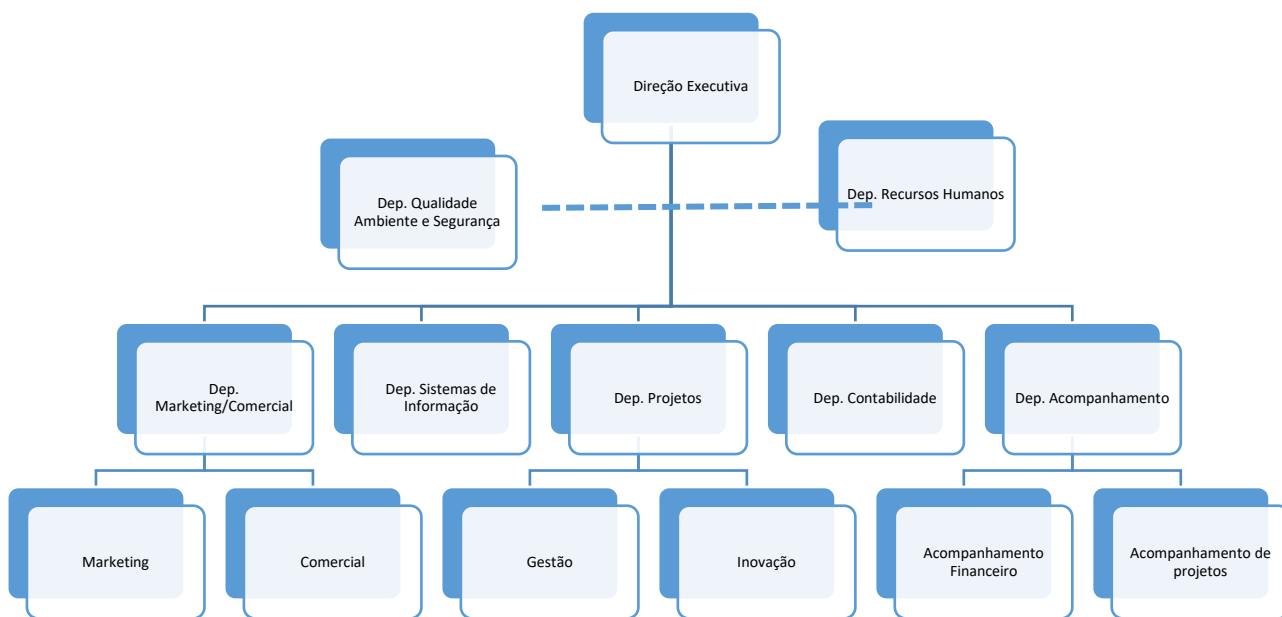
A Globalseven, atualmente, conta com 32 colaboradores¹⁴ (administração incluída) distribuídos e organizados por departamentos e níveis de tomada de decisão. Todos os departamentos têm ou irão ter, em alguns casos, chefias intermédias, no entanto, todas as decisões finais têm que, obrigatoriamente, ser aprovadas pela administração. É importante ressaltar que a empresa tem um canal aberto de comunicação em que é possível obter todo o apoio necessário a qualquer colaborador.

Como estagiária desempenhava funções no Departamento Acompanhamento Financeiro sob a orientação do Dr. Joaquim Neves e do Dr. Alexandre Jaleco.

➤ Organograma Funcional da Globalseven

A empresa tem como organograma funcional o abaixo exemplificado.

Figura 4 - Organograma funcional da empresa atualizado em 2017



Fonte: Documentos Internos da Globalseven

¹⁴ Quando o início do estágio o número de colaboradores eram 12 (incluído a direção)

5.2. Serviços Prestados

Embora a Globalseven preste diversos serviços, desde consultoria de gestão, contabilidade, inovação e marketing até à implementação de sistemas de gestão da qualidade, o grande foco da empresa passa por ajudar as empresas e futuros empreendedores na obtenção de financiamento e/ou desenvolvimento empresarial, através de sistemas de incentivos para PME e Empreendedores do PT2020.

Figura 5 - Logotipo do Portugal2020



Fonte: retirada do website do Portugal2020

A Globalseven é prestadora dos seguintes serviços:

- Candidaturas ao Portugal 2020;
- Consultoria Informática;
- Consultoria em Marketing;
- Contabilidade;
- Consultoria em Qualidade;
- Consultoria de Recursos Humanos.

5.3. Meio Envolvente

É importante salientar, que na atualidade a Globalseven conta com a longa experiência dos seus diretores (mais de 10 anos), com mais de 20 consultores, mais de 50 clientes ativos e mais de 100 projetos concluídos.

Relativamente ao meio onde se insere é fundamental o seguinte:

- **Clientes** – Os consumidores atuais e potenciais de serviços oferecidos pela empresa, que em conjunto constituem o Mercado ou a Procura.
- **Concorrentes** – São os que satisfazem as mesmas necessidades do mercado em que estão inseridos, constituindo-se os competidores atuais ou potenciais, e que em conjunto constituem a Indústria ou a oferta.

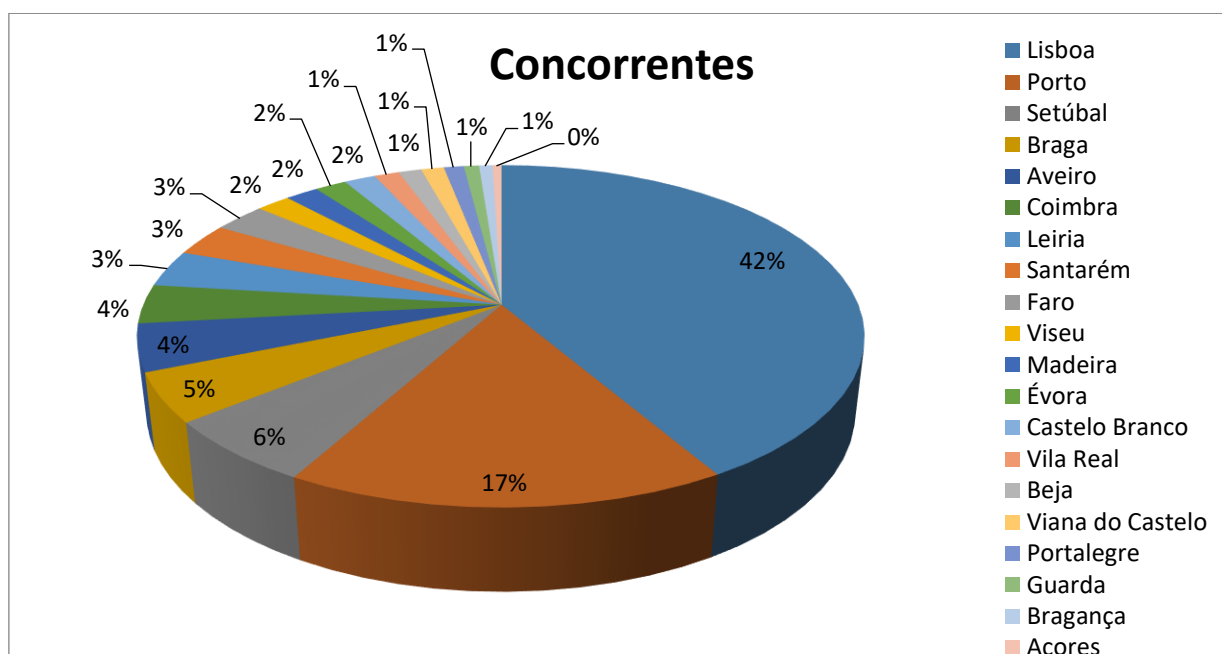
A Globalseven tem atualmente como mercado alvo o Brasil, sendo que desde o final do ano de 2016 têm sido inúmeras as propostas realizadas neste País, prova do enorme sucesso da empresa nesse mercado. Neste momento, a esmagadora maioria dos clientes são brasileiros, podendo mesmo afirmar que mais de 80% dos seus clientes são desta nacionalidade e com empresas abertas em território nacional português.

São consideradas concorrentes da Globalseven todas as empresas de consultoria nas mesmas áreas de atuação, ou seja, área de Gestão, Inovação e Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. De uma forma mais generalizada, também são consideradas concorrentes as empresas cadastradas com a mesma Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE) da Globalseven, 74900 "Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, n.e.", totalizando 5.246 empresas¹⁵.

De acordo com a figura 6, em Portugal, os distritos com maior número de empresas concorrentes a Globalseven são, o distrito Lisboa com 2.159 empresas, Porto com 858 e Setúbal em terceiro lugar com um total de 317 empresas concorrentes. No fim da lista encontram-se os Açores (25 empresas), Bragança (37 empresas) e a Guarda (42 empresas).

¹⁵ Dados refletidos durante os 9 meses de estágio.

Figura 6 - Concorrentes da Globalseven



Fonte: Elaboração própria

6. Aplicação prática das funções de CC num processo de candidatura

Como foi referido anteriormente, a descrição das tarefas tem por base um projeto SI – Qualificação e Internacionalização. Graças à recente implementação do sistema de gestão integrado na Globalseven, os procedimentos estão mais claros e específicos. É da responsabilidade restrita do contabilista, classificar e registar na contabilidade todas as faturas e outros documentos decorrentes de operações no âmbito de uma candidatura, de acordo com o SNC e em conformidade com as normas em vigor. Por outro lado, ficou claro que estes são responsáveis pela validação e controlo dos pedidos de pagamentos (execução dos incentivos atribuídos) dos projetos. O CC tem como funções aprovar todos os documentos oficiais, tais como os documentos gerados pelo organismo relativos a pedidos de pagamentos e respetivas certificações, controlar os resultados, definir políticas e objetivos específicos de cada área, coordenando a execução dos planos de ações.

No âmbito mais alargado, os CC da empresa têm capacidade para intervir em todas as áreas de candidatura, incluindo a elaboração do plano de negócios, embora esses procedimentos estão mais concentrados em técnicos especializados (muitos deles são CC).

Na Globalseven o cliente é o foco principal, pelo que de forma a garantir a satisfação e sucesso com cada um, toda a equipa está presente nas diversas fases com o cliente, podendo os departamentos atuar com as suas qualificações nas diferentes fases. De forma a melhor se perceber a intervenção do CC e o tratamento específico da contabilização das operações, dividiu-se o processo de tarefas em três fases-base dos projetos, tal como a Globalseven identifica internamente:

- Fase I – Pré-Candidatura e Pós-Candidatura, sendo que vai desde os trabalhos preparatórios para análise da relevância da candidatura, aos procedimentos pós-candidatura até à assinatura do contrato de incentivos;
- Fase II – Acompanhamento na Execução do Projeto, coincidindo com a fase de realização do investimento e elaboração dos pedidos de pagamento;

- Fase III – Acompanhamento Pós-Execução, constituindo nas tarefas de apoio e contabilização após o encerramento da execução do projeto.

Relembre-se que estas fases são descritas no contexto de um projeto real submetido no âmbito do SI – Qualificação e Internacionalização. Num quarto ponto deste capítulo iremos isolar a contabilização dos subsídios focando-nos naqueles movimentos decorrentes do projeto em análise, bem como noutras formas de subsídios associados a outros sistemas de incentivos.

6.1. Procedimentos da Fase I – Pré-Candidatura e Pós-Candidatura

➤ Etapa: Negociação com Cliente:

Na fase de pré-candidatura, o diretor comercial marca com o cliente uma reunião comercial prestando todos os esclarecimentos relativamente ao projeto que o cliente quer submeter ao PT2020, ou seja, enquadramento das ideias do projeto nos sistemas de incentivos (SI). Posteriormente é elaborada uma proposta comercial, enviada ao cliente. Concordando com a mesma, a adjudicação é assinada e dado o ponto de partida aos trabalhos para tratamento das informações rececionadas pela consultora ao cliente. Existe uma reunião de *kick-off* com cliente, onde se obtém informações em fase preparatória para a elaboração do plano estratégico, estudo de viabilidade, plano de investimento, verificação de aspetos legais e de pré-candidatura.

Nesta fase o CC, pode por vezes ser consultado para enquadrar contabilisticamente o conjunto de despesas pensadas pelo cliente para o projeto, de forma a validar a sua elegibilidade para apoio comunitário.

➤ Etapa: Elaboração do Plano de Negócios:

De acordo com Pardal *et al.* (2012), o processo de candidatura deve ter o maior rigor possível, sendo essencial a existência de um plano de negócios elaborado por pessoas/entidades com as devidas competências e que esse plano esteja perfeitamente

alinhado com os critérios de mérito assinalados no aviso de abertura de concurso. Este plano de negócios será um suporte para o formulário de candidatura, o qual é denso e requer muito cuidado no seu preenchimento. Para Freire (2000, citado por Pardal *et al.* (2012)), o *plano de negócios* pode ser definido como um documento que permite analisar os fatores críticos para o sucesso de um negócio. Devera considerar as condições do meio envolvente e os recursos internos da organização, bem como a definição das estratégias a implementar, estabelecendo as diversas ações a empreender ao nível da oferta a desenvolver, dos processos de trabalho a realizar, do alinhamento dos recursos a utilizar e das medidas a ter como referencia no controlo e na monitorização da atividade.

Toda a vertente financeira do plano de negócios, bem como a elaboração do estudo de viabilidade pode ter a intervenção direta do CC, sendo que é fundamental que este, pelo menos faça uma revisão do documento nestas áreas.

➤ **Etapas: Processo de Candidatura**

Todo a documentação de suporte à candidatura deve ficar registada no *dossier de candidatura*, o qual deve respeitar regras específicas.

Segundo Pardal *et al.* (2012), o processo de candidatura obriga ainda a constituição de um *dossier* específico para o efeito, onde é guardada a documentação física que sustenta a informação prestada no formulário e que será alvo de verificação pela entidade gestora do projeto, por norma o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI). Neste âmbito, sugerimos a seguinte estrutura para o *dossier*:

- a) Documentação da empresa (pacto social, declaração de início de atividade, certificação PME);
- b) Documentos dos sócios e participações detidas (copia dos documentos de identificação, currículos e documentos relativos a participações em outras empresas);
- c) Documentos contabilísticos e fiscais (relatórios e contas, modelo 22, declaração anual);
- d) Documentos do projeto: Investimento (cópia das faturas proforma ou orçamentos relativos a todas as despesas registadas no “Quadro de

Investimentos” do formulário. Cada fatura proforma/orçamento deve estar numerada de acordo com a numeração do quadro referido);

- e) Documentos do projeto: Financiamento (cópias da declaração de responsabilidade do promotor em assegurar parte do financiamento via capitais próprios e cópias de contratos ou declarações de compromisso estabelecidos com entidades financeiras para financiamento do projeto);
- f) Sustentação e formulário de candidatura (cópia do plano de negócios e do formulário de candidatura submetido);
- g) Documentação diversa com relevância para o projeto.

Relativamente à candidatura propriamente dita, esta é atualmente feita *on-line* com preenchimento na plataforma do Balcão 2020, detendo alguma complexidade. Para que este processo se inicie, o organismo competente cria hiperligações para a submissão de novas candidaturas, de acordo com os avisos de abertura a decorrer para os diversos concursos. De acordo com o aviso, existem campos que surgem pré-preenchidos. São obrigatórios para preenchimento todos os campos com o (*). Inicia-se o preenchimento com a identificação da operação, onde se designa a operação, descrição da operação, resumo, descrição do estado atual dos trabalhos e o diagnóstico da realidade visada com a implementação do projeto.

De seguida tem-se a caracterização da candidatura, em que se menciona a data prevista de início e data prevista de conclusão das operações a realizar, localização da operação, percentagem de localização da operação, natureza do investimento e a classificação das atividades por CAE (Código das Atividades Económicas). Deve ser ainda referida, as medidas de publicitação, identificação do responsável técnico da operação e é indicado também a articulação com outras operações ou programas.

O passo seguinte é a caracterização do plano de investimento, que consiste em enquadrar as despesas do projeto, entre despesas com pessoal, aquisição de bens, encargos com instalações, comunicações, seguros, deslocações e estada, estudos, pareceres, projetos e consultorias, formação, seminários, exposições e similares, publicidade e divulgação, assistência técnica, terrenos, equipamentos de informática, software

informático, equipamento administrativo, equipamento básico, ferramentas e utensílios e por fim equipamentos de transporte.

Relativamente as características do financiamento é importante de salientar a forma de financiamento, cruzando o total de investimento afetado ao projeto (investimento elegível e não elegível) com o total de valores afetos às várias fontes do projeto. O incentivo terá de corresponder a uma taxa de comparticipação de acordo com a previsão da candidatura apresentada, aplicada ao investimento elegível a realizar em cada ano de projeto, sendo estes os pagamentos previstos pagar aos fornecedores na fase de execução. Sendo inseridos valores de contrapartida privada os mesmos deverão ser repartidos por fonte de financiamento, tais como por capitais, prestações suplementares, autofinanciamento, empréstimos bancários, suprimentos, fornecedores e locação financeira.

Perante estes dados verificamos os indicadores e a sua caracterização no projeto, ou seja, cada candidatura apresentada tem uma seleção de indicadores a mencionar através de uma lista em que são associados à operação e a respetiva meta, valor de referência, ano alvo e eventuais observações. O valor de referência deverá ser a situação de partida relativamente ao indicador e que servirá de referência para aferir a evolução do indicador. A respetiva meta é dada através da utilização de metodologia apurada indicada no aviso de abertura, tendo o mesmo aviso indicado em função do momento previsto para apuramento de metas.

Após estas fases adicionamos documentos tais como declaração de compromisso, comprovativo de inscrição da operação, protocolos, memória descritiva, documentos justificativos, pareceres de entidade externa, licenciamento, análise de custo/benefícios, despesas a realizar, propriedades e respetivo estudo de viabilidade. Todas estas etapas de preenchimento da candidatura contam com o apoio de um contabilista, que certifica, orienta o gestor de projeto, relativamente às rubricas de investimento, na análise de sensibilidade e dos respetivos rácios, apresentando conclusões futuras de capacidade da entidade levar avante o projeto apresentado e em cooperação com a restante equipa de trabalho transmite ao cliente o seu parecer em relação a toda a candidatura, vinculando-os às metas económicas a cumprir.

Pardal *et al.* (2012) definiam de forma resumida o conjunto de informações exigidas num formulário de candidatura, que no geral é semelhante ao que estamos a analisar:

- a) Justificar o enquadramento do projeto no âmbito dos requisitos apresentados pelo aviso de abertura;
- b) Análise estratégica do promotor, descrevendo a história da empresa e frisar os pontos fortes e fracos nas diversas áreas organizacionais, descrever o produto, mercado-alvo, ameaças e oportunidades de negócio;
- c) Prestar informação financeira decorrente da análise económica de viabilidade (balanços históricos e previsionais, Demonstrações financeiras históricas e previsionais, vendas por produto e mercado, plano de financiamento, quadro de pessoal);
- d) Confirmação de condições de elegibilidade do promotor e sua caracterização geral;
- e) Caracterização e calendarização do investimento e financiamento;
- f) Enquadramento do projeto nos diversos critérios de mérito.

Perante os pontos acima descritos, o CC tem também o papel de garantir que estes documentos e processos estão a ser elaborados de acordo com os regulamentos e avisos de abertura.

➤ **Etapas: Da Candidatura ao Contrato de Incentivos**

Após a submissão é enviada em formato PDF, a candidatura ao cliente, bem como, um plano com a descrição das etapas seguintes até à fase da decisão do PT2020, alertando para eventuais pedidos de esclarecimento que possam receber e que devem direcionar para a consultoria com caráter urgente, a fim de se cumprir prazos e por fim informar das consequências do não incumprimento dos referidos prazos.

Nesta fase que designamos de pós-candidatura, todos os consultores (incluindo os CC) intervêm na resposta aos pedidos de esclarecimentos solicitado pelo PT2020, de modo a verem algumas dúvidas existentes antes de enviarem a decisão da candidatura

submetida. Na eventualidade da notificação de proposta de decisão não ser favorável, cabe aos nossos consultores a elaboração da defesa do projeto de investimento. Onde são analisados os critérios de não elegibilidade do projeto e enviada resposta, caso o cliente assim o queira.

Em suma, após a decisão favorável é enviado ao cliente o documento referente a essa decisão, onde esta presente as despesas não aceites, não elegíveis, o mérito e notas da decisão. Cabe ao consultor elaborar um diagrama com as fases seguintes no pós-projeto, enumerar pontos importantes para assegurar a execução do projeto no âmbito PT2020, cumprindo os planos de investimentos, elegibilidade das despesas e as consequências em caso de não cumprimento.

Esta fase finaliza com a assinatura do contrato entre a entidade promotora e o organismo, chamado de Termo de Aceitação (TA), iniciando-se a próxima fase com o começo da execução do investimento. O TA tem, normalmente, de ser devolvido ao organismo devidamente assinado, datado e autenticado em cartório ou advogado nem prazo de 30 dias uteis a contar da data de notificação de decisão final, caso contrário a entidade fica sujeita a anulação/caducidade do projeto.

6.2. Procedimentos da Fase II – Acompanhamento na Execução do Projeto

Nesta fase, os procedimentos envolvem diretamente o CC, nomeadamente através do registo contabilístico das operações decorrentes do projeto e do apoio e certificação dos pedidos de pagamentos submetidos. De acordo com o fluxograma da Globalseven para esta fase (anexo 4), após a aprovação do projeto, o mesmo passa a ser acompanhado pelo departamento de acompanhamento financeiro (CC e técnicas de acompanhamento). Assim, este deve garantir a elegibilidade das faturas para os pedidos de pagamento e certificações necessárias. É elaborado um dossier de projeto, onde a nível físico temos de conter, o contrato assinado ou Termo de Aceitação (TA), a candidatura, a decisão, e onde se vai arquivando todos os comprovantes inseridos em cada pedido de pagamento.

Muitas vezes, o sucesso não está na aprovação dos projetos, mas sim na capacidade de serem devidamente executados. Um projeto aprovado não significa que o cliente seja capaz de gerir o negócio de forma a garantir uma taxa de execução que ronde os 70%, esse trabalho tem de ser feito por nós, departamento de acompanhamento financeiro, de forma a alertar constantemente o cliente que tem de fazer pedidos de pagamento, aconselhando de seis em seis meses, para tornar mais coerente e garantir a execução do projeto. Pois para projetos com uma taxa de execução de menos de 70%, poderá implicar a não elegibilidade do projeto e anulação do mesmo caso o organismo assim o entenda.

Iniciando o processo de preparação do primeiro pedido de pagamento, este pode ter duas formas, o pedido de adiantamento ou pedido reembolso, sendo que damos a conhecer ao cliente as modalidades de pedidos de pagamento existentes. O pedido a título de adiantamento contragarantia (PTA – Garantia) é uma das modalidades que consiste no pagamento do incentivo contra a apresentação de garantia validada. Na Globalseven existem poucos clientes que seguem como opção este tipo de modalidade. Um outro tipo de modalidade é o pagamento a título de reembolso (PTR), considerado quando a pagamento do incentivo é feito contra a apresentação de despesas de investimento elegíveis realizadas e pagas. Podem ser intercalares (PTRI) sendo submetido este tipo de pedidos de pagamento durante o período de execução do projeto, ou Final (PTRF), que como o nome indica é feito quando chegamos ao período final de execução de projeto e que é o ultimo a ser submetido, tendo um valor mínimo de 5% do valor de investimento elegível.

A modalidade mais utilizada pelos nossos clientes, é o pagamento de adiantamento a título de apresentação contra fatura (PTA – Fatura), que consiste na apresentação de despesas de investimento elegíveis faturadas e não liquidadas. É obrigatório o envio de autorização de consulta à Autoridade Tributária (AT) e à Segurança Social (SS) para as seguintes associações:

- *IAPMEI;*

- Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (*AICEP*);
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão (*ADC*);
- Programa Operacional (*PO*).

Relativamente a esta última modalidade os elementos a apresentar ao PT2020, são as faturas e os lançamentos na contabilidade, sendo condição para poderem ser submetidas as faturas, via plataforma, que o somatório do valor sem IVA de todas as faturas corresponda ao valor mínimo de 10% do total das despesas elegíveis aprovada em candidatura.

Cabe ao CC analisar a adequação entre os documentos de despesa e fornecimento efetivo de bens e serviços, ou seja, verificar se as despesas faturas então previstas no quadro de investimento, se existem desvios de valores e obter as respetivas justificações, se foram efetivamente fornecidas, solicitando ao cliente evidências (através de envio de fotos) da aquisição de equipamentos e envio de documentos finais, como por exemplo, os estudos, brochuras, folhetos, licenças de softwares, hiperligação do site, entre outras. Deve confirmar ainda se as faturas estão de acordo com o período de elegibilidade.

Em ambas as modalidades de pedido de pagamento é gerado via plataforma, um documento que é assinado pelo beneficiário e pelo CC (caso não ultrapasse determinados limites), sendo que no PTA só é necessária assinatura do primeiro. Os pedidos devem ser enviados através do Balcao2020, em conjunto com a amostra de documentos de suporte, selecionada no ato de submissão do respetivo pedido. Caso seja via PTA - Fatura, envia faturas e respetivos lançamentos contabilísticos, mas para o PTR deverá ser enviado também os comprovativos de pagamento e extratos bancários. Caso o PTR seja intercalar, voltamos a preparar um novo pedido com novas despesas faturadas e apresentar ao organismo. Chegando ao fim do período de execução do projeto, analisa-se a taxa de execução. Caso a taxa seja baixa (abaixo dos 70%) é aconselhado que a entidade promotora apresente ao organismo um pedido de prorrogação (prazo máximo de 12 meses e sujeito a penalizações na verba a receber durante este tempo extra), ficando a aguardar

pela aceitação de prorrogação enviada. Mas se a entidade não quiser enviar prorrogação, a mesma apresenta o pedido de pagamento final (PTRF).

Relativamente aos pagamentos os incentivos adiantados, estes devem ser usados exclusivamente para pagamento das despesas do projeto e é feita a sua comprovação nos prazos definidos. Nesta modalidade, após a empresa ter recebido a verba, cabe a técnica de acompanhamento garantir que dentro de 30 dias úteis após a entrada da verba na conta bancária do cliente, o mesmo terá de certificar todas as despesas. Como consequência de não ser cumprido este prazo é devolvido o pedido de certificação.

Todas as faturas imputadas ao projeto estão chanceladas com os carimbos correspondentes ao Programa Operacional (PO) financiador. As faturas originais, devem assim estar carimbadas, de acordo com as regras do PT2020, conforme figuras 7, 9 e 11 e devem estar fisicamente nos dossiers da contabilidade. O carimbo deve ter o código de projeto (o mesmo está presente na notificação de decisão final enviada pelo organismo após validação da candidatura), o número de rubrica de investimento que no exemplo da figura 7 o valor imputado é de 4.725€ (valor faturado sem iva) e o respetivo número de lançamento na contabilidade. Na realidade deste projeto o valor do vídeo (figura 7) em candidatura é 9.450€, sendo esta fatura de 50% desse valor, mas toda a fatura é imputada à rubrica de investimento (registar no carimbo uma percentagem de imputação é de 100%)

Figura 7 - Fatura de Serviços Especializados

Código Descrição		Qtd. Uni.	Preço uni.	IVA	% Desc.	Valor sem iva
PS_VIDEOPR Desenvolvimento de um Vídeo Promocional da Empresa nos mercados Internacionais. Adjudicação: 50% do valor total.		1.00 un	4.725,00	23 %		4.725,00

Página 1 / 1

Código da operação/Projeto _____

Rubrica de investimento _____

% de imputação _____ Valor imputado (€) _____

N.º Lançamento Contabilístico _____

Lisb@20²⁰ PORTUGAL 2020

Fonte: Elaboração própria

Na figura 8, analisamos que em sede de candidatura e de acordo com a validação do CC e em sintonia com o SNC, é lançado na contabilidade a aquisição do vídeo promocional (figura 7) da empresa na conta 622 – trabalhos especializados. Todo este trabalho contabilístico, é por inerência, do título profissional que tem, responsabilidade do CC.

Figura 3 - Lançamento na Contabilidade de trabalhos especializados

MOVIMENTOS DO DOCUMENTO				
Conta	Nome da Conta	Descrição do Movimento	Débito	Crédito
622111131	Trab especializados NAC Nor C	Serv.Espe. nº FT 2017	4 725,00	
24323131	IVA - dedutível Outros Bens e Serv	Serv.Espe. nº FT 2017/	1 086,75	
221110003		Serv.Espe. nº FT 2017/...		5 811,75

Fonte: Elaboração própria

Na figura 9, analisamos que em sede de candidatura e de acordo com a observação do CC foi validada uma fatura sobre a aquisição de um software de análise empresarial – *Balanced Scorecard*. Neste exemplo, esta despesa de investimento é registada na conta 443-Programas de Computadores, de acordo com a figura 10.

Figura 4 - Fatura de ativos intangíveis

						Página 1 / 1
Código	Descrição	Qtd. Uni.	Preço uni.	IVA	% Desc.	Valor sem iva
18021	Balanced Scorecard - software de análise empresarial. Adjudicação: 50% do valor total.	1,00 un	3.445,00	23 %		3.445,00

Código da operação/Projeto _____

Rubrica de investimento _____

% de imputação _____ Valor imputado (€) _____

N.º Lançamento Contabilístico _____

Lisb@20 **20** **2020**

Fonte: Elaboração Própria

Figura 5 - Lançamento na contabilidade de ativos intangíveis

Ordem				
MOVIMENTOS DO DOCUMENTO				
Conta	Nome da Conta	Descrição do Movimento	Débito	Crédito
443111104	Balanced Scorecard	FT 2017/	3 445,00	
24322131	IVA - dedutível Investimentos NAC No	FT 2017/	792,35	
22111001		FT 2017/		4 237,35

Fonte: Elaboração Própria

Na figura 11 apresenta-se um exemplo de registo de ativos fixos tangíveis, validando-se mais uma vez, a despesa através de carimbo próprio. Após esta validação o CC, lança o documento na contabilidade, que se refere à aquisição de uma Rede Segura *Virtual Private Network* (VPN) e Cablagem estruturada para rede de dados, usando a conta 433-Equipamento Básico. De notar que nas figuras 8, 10 e 12, abriram-se sub-contas para cada tipo de despesa/equipamento, sendo obrigação do CC controlar este procedimento.

Figura 6 - Fatura de Ativos Fixo Tangíveis



Descriçao	Data da Fatura	Origem	Codigo Cliente		
	18/01/2017		17111		
Descriçao	Taxas	Quantidade	Preço Unit.	Desc.(%)	Preço
Criação de rede segura VPN	Taxa IVA Normal Continente (23%)	1.00 PCE	900.00	0.00	900.00 €
Cablagem estruturada para rede de dados	Taxa IVA Normal Continente (23%)	1.00 PCE	1500.00	0.00	1500.00 €
Total Liquido:					2400.00 €
Taxas:					552.00 €
Total:					2952.00 €
Taxa	Base	Valor			
23% - Taxa IVA Normal Continente (23%)	2400.00 €	552.00 €			
Pagamento a 15 dias					

Código da operação/Projeto _____

Rubrica de investimento _____

% de imputação _____ Valor imputado (€) _____

N.º Lançamento Contabilístico _____

Lisb@20²⁰  

Fonte: Elaboração Própria

Figura 7 - Lançamento na Contabilidade dos ativos fixos tangíveis

MOVIMENTOS DO DOCUMENTO				
Conta	Nome da Conta	Descrição do Movimento	Débito	Crédito
43311102	Criação Rede segura	FTC/170	900,00	
43311103	Cablagem estrutura rede de dados	FTC/170	1 500,00	
24322131	IVA - dedutível Investimentos NAC Nor	FTC/170	552,00	
22111060		FTC/170		2 952,00

Fonte: Elaboração Própria

Para o dossier do projeto e para se fazer os pedidos de pagamento, tem de estar uma cópia da fatura devidamente carimbada e lançada na contabilidade, de acordo com o exemplo da figura 8, 10 e 12. Existem ainda algumas regras que devem estar subjacentes às despesas realizadas.

Assim, como regra geral de elegibilidade de despesas, os bens ou serviços devem ser adquiridos e não alugados, efetuados em condições de mercado, o que obriga a realizar

uma consulta de mercado, ou seja, solicitar três orçamentos ou propostas de serviços e justificar o critério de seleção do fornecedor, e tem de ser adquiridos a entidades com capacidade para o efeito, ou seja, compra-se um computador numa loja de venda de equipamentos informáticos e não a numa empresa de contabilidade. É fundamental que os investimentos não passíveis de verificação física, para serem elegíveis, sejam adquiridos a terceiros não relacionados.

Todas as alterações relevantes ao projeto devem ser comunicadas, fundamentadas e justificadas para se avaliar o impacto nos pressupostos de aprovação, as alterações simples como as referentes a preços e substituição de equipamentos semelhantes tecnologicamente serão analisadas em sede de execução do projeto e os investimentos não previstos serão objeto de análise e eventual proposta de aceitação em sede de pedidos de pagamento, após justificação do promotor, sendo fundamental o apoio e análise do CC em muitas destas alterações ao investimento.

Relativamente a calendarização o projeto deverá ter início seis meses após a sua aprovação e é dado como concluído à data limite de aprovação. A entidade promotora não sofre penalizações em caso de alteração de início de projeto até a data de assinatura do TA, em que este deslizamento pode ir até seis meses, caso tenha sido por atraso na notificação da decisão final. Contudo, poderá sofrer penalização se solicitar alteração de datas de fim de projeto após assinatura do TA, podendo ser prorrogado até ao prazo máximo de 12 meses.

Caso o beneficiário pretenda alterar a localização do projeto o mesmo não é possível, pois poderá o mesmo mudar de Programa Operacional (PO) de afetação, a designação social, contatos, estruturas societárias ou a certificação de PME. Relativamente a esta, caso a entidade não proceda à atualização da certificação, pode ficar suspensa de pagamento pelo PT2020.

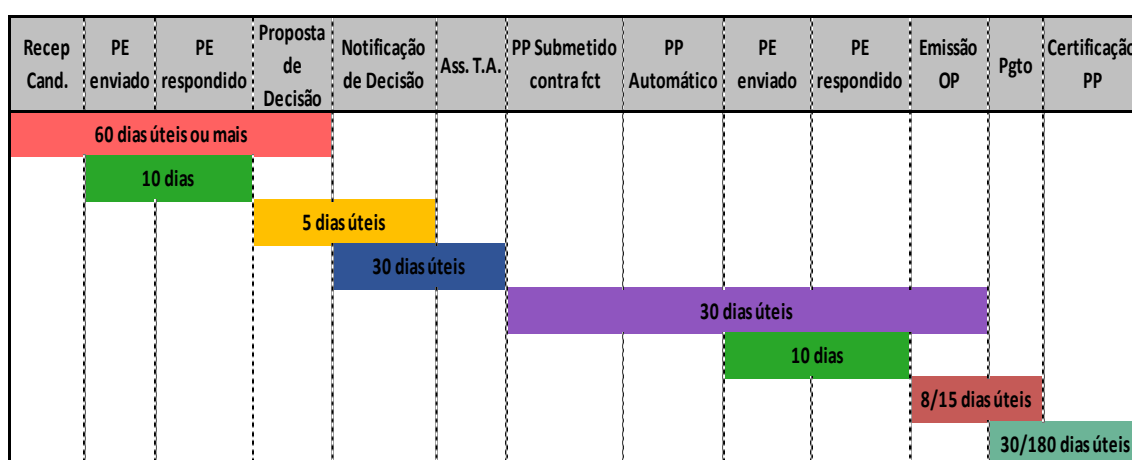
Cabe ao acompanhamento providenciado pela Globaseven garantir que a publicidade é realizada de acordo com o seguinte, o cartaz de projeto apoiado foi afixado no local de realização do projeto, o projeto foi publicado no website da empresa, foram colocados os logotipos nos estudos e outras aplicações impressas bem como na página da internet, os eventos incluíram os logotipos ou cartaz em local visível e que foram

documentadas as ações de publicitação com cópia dos elementos impressos, suportes com elementos áudio e imagem.

Em conclusão, para a entidade promotora garantir ao PT2020 a melhor execução do projeto deve ter em conta os critérios do projeto aquando a realização de acordo com os objetivos propostos ao organismo, assim sendo, o cliente tem de ter um plano de investimentos onde é fundamental a execução sem desvios materialmente relevantes, se são executados os investimentos que sustentam objetivos críticos do projeto e se os novos investimentos estão identificados e justificados no âmbito dos objetivos do projeto

De acordo com o RECI, o *Timeline* (processo operacional) apresenta-se de acordo com o seguinte organograma (figura 13).

Figura 8 - Organograma do processo operacional, de acordo com o RECI



Fonte: Elaboração Própria

Tendo em conta a figura 13, conclui-se que até que o cliente receba a primeira tranche do apoio do Governo pode no mínimo demorar 165 dias úteis (considerando 22 dias uteis do mês, cerca de 8 meses). Após a aprovação, os documentos solicitados pelo PT2020 referente a despesas elegíveis, caso seja pedido o adiantamento contra fatura, tem de ser enviado num prazo mínimo de 4 meses.

6.3. Procedimentos da Fase III – Acompanhamento na Pós-Execução

Tendo o estágio incidido sobre um processo que decorre durante alguns anos, esta fase ainda se encontra a decorrer no projeto SI – Qualificação e Internacionalização selecionado. Contudo, de acordo com os procedimentos da empresa destacamos:

- Necessidade do departamento de acompanhamento (CC e técnica de projeto), garantir a adequada organização do dossier do projeto, isto porque, por cada operação aprovada, ou seja, por cada projeto, as entidades beneficiárias devem conservar toda a documentação técnica, contabilística, financeira e das auditorias, em que comprovam a realização física e financeira do projeto e em formato papel e digital durante um período não inferior a três anos após o encerramento do Programa Operacional (PO);
- O CC continuará o registo contabilísticos de situações decorrentes da execução do projeto, como o registo das depreciações e amortizações e o reconhecimento do subsídio não reembolsável como rendimento na mesma proporção do gasto; ou
- Acompanhamento de metas ou objetivos contratuais que possam ter de ser validados numa fase posterior à execução.

Contudo noutro tipo de projetos como o SI – Inovação, onde o incentivo é reembolsável, o plano de reembolsos também deve ficar definido para o cliente. Por outro lado, como neste sistema parte do incentivo reembolsável, pode tornar-se a fundo perdido, com o cumprimento de metas económicas (normalmente no 2º ano completo após o investimento), é importante que o CC acompanhe estes dados anualmente até essa data.

6.4. Procedimentos de Contabilização de Subsídios

Substanciado pela NCRF 22 os valores relativos a subsídios a receber de entidades públicas devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras no momento em que a empresa cumpre todas as condições previstas, para o seu recebimento. O CC deve validar os valores recebidos e contabilizar o subsídio de acordo com o normativo e em função do tipo de incentivo.

➤ Incentivo não reembolsável ao investimento

O projeto SI-Qualificação e Internacionalização que seguimos tem associado esta tipologia de incentivo, como observámos no capítulo 2. Assim, relativamente ao reconhecimento do subsídio não reembolsável ao investimento, a nível contabilístico os valores dos incentivos aprovados são lançados a débito na conta 278 – Outros devedores e credores (subconta 2784014 – PME Empreendedorismo), em contrapartida a crédito na 5931 – Subsídios atribuídos. O exemplo expresso na figura 14 decorre de um pedido de pagamento efetuado no âmbito do referido projeto.

Figura 14 - Lançamento do Reconhecimento do Apoio Previsto Receber

Ordem				
MOVIMENTOS DO DOCUMENTO				
Conta	Nome da Conta	Descrição do Movimento	Débito	Crédito
2781014	PME Empreendedorismo	Div nº PME EMPREEND	59 418,86	
5931	Subsídios atribuídos	Div nº PME EMPREEND		59 418,86

Fonte: Elaboração própria

Pelo recebimento do valor do incentivo, o mesmo é lançado a débito na conta 12- Depósitos à ordem em contrapartida do crédito da conta 278 - Outros devedores e credores.

Como vimos, o subsídio é inicialmente registado no capital próprio. Posteriormente é classificado como rendimentos, tendo por base as depreciações e amortizações do exercício, dependendo da vida útil destas. O movimento consiste no lançamento a débito na conta 5931 – Subsídios atribuídos e a crédito na conta 7883 – Imputação de subsídio para o investimento. Estes lançamentos perpetuam-se na contabilidade até ao fim da vida útil dos ativos.

De referir que caso exista ativos não depreciáveis (ex. terreno ou uma marca sem vida útil definida devido à forte implementação no mercado) pode haver reconhecimento de rendimentos, se se verificarem imparidades.

➤ **Incentivo não reembolsável à exploração**

Baseado noutro projeto em carteira, temos uma empresa com a aprovação do projeto de Qualificação, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), recebendo um incentivo não reembolsável à exploração no montante de 41.057,93€, em que este valor é para fazer face as despesas elegíveis da empresa para os próximos 3 anos. A empresa irá ainda usufruir através do Fundo Social Europeu (FSE) um incentivo também não reembolsável no montante de 2.405,03€, relacionada com as despesas de formação profissional apresentadas em candidatura. A nível contabilístico os valores dos incentivos aprovados foram lançados a débito na conta 278 – Outros devedores e credores, em contrapartida, inicialmente, a crédito na 282 – Rendimentos a reconhecer. Só iremos transferir desta última conta para rendimentos (conta 75 – Subsídios à exploração) quando as despesas forem ocorrendo nos próximos 3 anos. Podemos ainda frisar que os gastos relacionados com a formação subsidiária que ocorre durante o ano do exercício encontram-se lançados na classe 6 a débito e nas contas 22/12/11 a crédito. Devido a esse facto, o valor do subsídio que lhe corresponde, foi imputado logo, no ano em exercício, com débito na 282 – Rendimentos a reconhecer, e a crédito na 751 - Subsídios à exploração.

Após a submissão do pedido de pagamento, o incentivo previsto receber, isto é, aplicando a taxa de 45% sobre o valor total de despesa apresentada, a verba recebida é

contabilizada, a débito na conta 12 – Depósito à ordem, e a crédito da conta 278 – Outros devedores e credores, pelo reconhecimento do subsídio.

➤ **Incentivo reembolsável**

No âmbito de projetos de inovação e empreendedorismo os incentivos são revertidos de forma reembolsável. É elaborado um plano de pagamentos dos incentivos a reembolsar, em que pela utilização do incentivo não são cobrados juros ou outros encargos, sendo o prazo total de reembolso, regularmente, de oito anos, constituído por um período de carência de dois anos e por um período de reembolso de seis anos, depois são efetuados, por princípio, os reembolsos numa periodicidade semestral, em contas montantes iguais e sucessivos.

O mesmo reembolso inicia-se no primeiro dia do mês seguinte ao primeiro pagamento de incentivo, ou no primeiro dia do sétimo mês após a data do termo de aceitação ou do contrato, de acordo com o que aconteceu em primeiro lugar. Contudo, perante a taxa de execução no fim do projeto, a entidade promotora poderá usufruir de uma isenção de reembolso de uma parcela do incentivo até ao máximo de 50%.

Assim, ao nível da prática de contabilização, a parte reembolsável deve ser registada como um passivo, sendo este abatido aquando do reembolso. Na Globalseven, utiliza-se a conta 278 – Outros devedores e credores para registar esta dívida.

Contudo, a situação torna-se mais complexa caso o incentivo se torne não reembolsável. Neste caso, e para finalizar deixo uma sugestão para uso na empresa, no momento em que o incentivo é reconhecido como fundo perdido.

Como a definição de transformação em fundo perdido só acontece no momento de verificação das metas, já ocorreram pelo menos 2 anos de depreciações e amortizações dos ativos fixos. O subsídio que seria de reembolsar encontra-se nesta fase registado a crédito na conta de terceiros utilizada (278 – Outros devedores e credores). Assumindo que este subsídio fosse de 100.000€ e que pelo cumprimento das metas, 40% passava a fundo perdido (40.000€), seria necessário reclassificar esta parte, debitando a conta 278 – Outros devedores e credores e creditando a 593 – Subsídios atribuídos. Contudo, como a definição de transformação em fundo perdido só acontece no momento de verificação

das metas, já ocorreram pelo menos 2 anos de depreciações e amortizações dos ativos fixos. Assim, de acordo com a NCRF 22, há que reconhecer como rendimentos, a parte proporcional aos gastos incorridos, ou seja as depreciações e amortizações registadas. Portanto deve ser calculado qual o proporcional de rendimento (40% do valor das depreciações e amortizações) e efetuar o registo contabilístico, debitando a 593 – Subsídios atribuídos e creditando a 7883 – Imputação de subsídio para o investimento.

Conclusão

No âmbito do Mestrado em Contabilidade e Finanças da Escola Superior de Ciências Empresariais, apresentei uma proposta de conclusão em modalidade de estágio. Face à empresa onde fui inserida e o seu contexto de atuação, fui alocada ao acompanhamento de projetos comunitários. Desta forma, e como contabilista formalizei o objetivo de estudar o âmbito de intervenção deste junto de todo um processo de candidatura, incluindo os registos contabilísticos dos subsídios.

Para este objetivo comecei por fazer uma revisão de literatura a três níveis, designadamente sobre o papel dos CC modernos, o tipo de programas de subsídios existentes e as regras de contabilização dos mesmos.

Após esta revisão concluí que os CC são cada vez mais reconhecidos pelas suas alargadas competências, mas que igualmente ainda há um longo caminho a percorrer, constituindo assim, uma oportunidade de este, enriquecer as suas funções a participar mais ativamente na vida das empresas. Por outro lado, constatei que este tipo de subsídios é essencialmente dirigido a PME, as quais carecem de maior apoio.

Ao nível da contabilização identifiquei três tipologias de incentivos, os reembolsáveis, os não reembolsáveis e associados a ativos, e por fim os não reembolsáveis e associados a rendimentos. Cada um apresenta regras próprias.

No estudo de caso, optei por descrever os procedimentos que devem ser adotados nas várias fases de um projeto subsidiado, dando enfoque à função de CC em sentido mais lato. Esta descrição teve por base um projeto real de SI-Qualificação e Internacionalização, bem como explorei a sua contabilização. No futuro espero continuar a investigar nesta área, explorando um maior número de casos de aplicação e concretizar na Globalseven um manual mais completo de procedimentos a este nível.

Com a conclusão do estágio, encontro-me a trabalhar na empresa com a função de técnica de acompanhamento financeiro, passando por mim, a receção de todas as faturas a inserir nos pedidos de pagamento a submeter ao “Portugal2020”, bem como todos os comprovantes que são obrigatórias de acompanhar as respetivas faturas, sendo fundamental uma análise crítica de todos os documentos, pois a inclusão em pedidos, de

despesas faturadas incorretamente, ou mesmo, de despesas não elegíveis no projeto, poderá ter consequências graves para a entidade promotora.

Como sugestão para futuros clientes, é fundamental a aposta em número maior de empresas portuguesas para candidaturas ao “Portugal2020”, isto porque, notícias recentes garantem que os clientes brasileiros vindos para Portugal, com objetivo de investir no nosso país, estão com fortes dificuldades na obtenção dos vistos e títulos de residência. Este foi um dos motivos registados como justificativo de candidaturas não aprovadas recentemente.

Referências Bibliográficas

- ACCA – The Accountant of Chartered Certified Accountants (2013). *Accountants for Small Business*. ACCA, March 2013.
- Anúncio n.º 6060/2010, de 30 de junho, que estabelece os critérios de reconhecimento de habilitações académicas para inscrição como TOC na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Aviso n.º 8255/2015, de 29 de julho, que estabelece a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Microentidades do Sistema de Normalização Contabilística.
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, que estabelece as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.
- Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho, que estabelece a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades do Sistema de Normalização Contabilística.
- Azevedo, A.D. (2015). O TOC hoje. *Revista TOC*, 183, pp.52-53, julho 2015, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa.
- Bisman, J. (2007). Educating Accountants to Act as Small Business Advisors: A Ten-Year Perspective. *Chapter from the book “Accounting for SMEs: Multidimensional aspects and global challenges”*, pp. 55-84. Pula, Croatia.
- Bravo, M. e Eisman, L. (2006). *Investigación Educativa*. 3ª Ed. Sevilha: Ediciones Alfar.
- Breen, J., Sciulli, N. e C. Calvert (2003). *The Role of the External Accountant in Small Firms*. 16th Annual Conference of Small Enterprise Association of Australia and New Zealand, 28 September – 1 October, Australia.
- Carvalho, C., Rodrigues, A., Cravo, D. e Azevedo, G. (2011). *SNC – Contabilidade Financeira: Sua Aplicação*; 2ª Edição Almedina; Coimbra.
- Caseirão, M. (2012). Responsabilidade social e empresarial. *Revista TOC*, 147, 55-61

- Cebola, António (2017). *Projectos de Investimento de Pequenas e Médias Empresas: Elaboração e Análise*. Edições Sílabo, 2ª Edição, Lisboa.
- Coutinho, C. e Chaves, J. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, Vol. 15(1), pp. 221-243, Universidade do Minho
- Creswell, J. (2008). *Research Design: Qualitative and Quantitative Approaches*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade. Diário da Republica, 1ª Série A, n.º 268.
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística, Diário da Republica, 1ª Série, n.º 133.
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que aprova o regime de Normalização Contabilística para as Micro-entidades, Diário da República, 1ª Série, n.º 48.
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período de 2014-2020. Diário da República n.º 176/2014, Serie I, pp. 4898-4926.
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, Diário da República n.º 106/2015, Serie I, de 02/06, Página 3470-3493, que transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.
- Denzin N. e Lincoln, Y (2008). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks, California: *Sage Publications*, 2nd Edition.
- Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.

- Ferreira, R. (2009). Contabilidade e gestão. *Revista TOC*, nº 112, pp. 42, julho 2009.
- Franco, P (2010). O SNC e os Subsídios Governamentais. *Vida Económica*, n.º 20600, pp.36, de 15 de outubro de 2010.
- Freire, A. (2000). *Inovação – Novos Produtos, Serviços e Negócios para Portugal*; Verbo Editores.
- Gomes, J. e Pires, J. (2015): Sistema de Normalização Contabilística – Teoria e Prática; 5ª Edição, *Vida Económica*, Porto.
- Gomez, Gregorio R., Flores, Javier, e Jiménez, Eduardo (1996). *Metodologia de la Investigación Cualitativa*. Malaga: Ediciones Aljibe.
- Grenha, Carlos; Cravo, Domingues; Baptista, Luís, e Pontes, Sérgio (2009); *Anotações ao Sistema de Normalização Contabilística*; Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas; Lisboa.
- Holmes, S. (1987). The Practicing Accountant and the Small Business. *The Chartered Accountant in Australia*, August 1987.
- Holmes, S.; Hutchinson, P.; Forsaith, B. e McMahon, R. (2003). Small Enterprise Finance”. *Milton Qld*: John Wiley.
- Jesus, J. e Morais, A. (2010). Subsídios ao Investimento e Impostos Diferidos – Algumas Divergências de Opinião. *Revista Auditores e Revisores* nº 51, de outubro/dezembro de 2010.
- Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, Diário da República n.º 174 – 1ª Série, Transforma a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas em Ordem dos Contabilistas Certificados, e altera o respetivo Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.
- Lima, Â., Leal, S. e Faria, J. (2014). *O papel do Técnico Oficial de Contas na elaboração de relatórios sustentabilidade: um estudo aplicado às 500 maiores empresas*

portuguesas. In M. S. Baltazar, P. Vaz & F. Jorge (Coord.), *Europa Cidadã: pessoas, empresas e instituições* (pp.275-290). Disponível em <http://www.civ.uevora.pt/index.php?/event/content/download/788/4211/file/E-book%20%20-CIV%202013.pdf>. ISBN 978-989-8550-25-5.

Mota, Cláudia (2015). *A problemática da dicotomia contabilística ao nível dos subsídios ao investimento*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCTE).

Neves, J. C. (2012). *Análise e Relato Financeiro - Uma Visão Integrada de Gestão*. Lisboa: Texto Editores.

Pardal P.; Teixeira N.; Mata C. e Teixeira A. B., (2012). *O SI-Inovação como oportunidade de Financiamento de Projetos de Empreendedorismo*. 14.º Workshop APDR “Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional, ESCE – Instituto Politécnico de Setúbal.

Pereira, J., Silva, A. e Dos-Santos, M. (2015). The Impact of accounting for Government Grants on Equity Capital. *Procedia Economics and Finance*, Vol 23, pp. 1401 – 1404.

Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro, que adota o regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização. *Diário da República* n.º 41/2015, 1º Suplemento, Série I, pp. 1246-(2) a 1246-(57).

Portaria n.º 360-A/2017, de 23 de novembro, que procede à quinta alteração do Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, aprovado pela Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro. *Diário da República* n.º 226/2017, 1º Suplemento, Série I, pp. 6170-(2) a 6170-(61).

Regulamento (CE) N.º 1126/2008 da Comissão Europeia, de 3 de novembro de 2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Regulamento (UE) n.º 651/2014 da Comissão de 16 de junho de 2014, que declara certas categorias de auxílio compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

- Rodrigues, S.C. (2013): *O fundamento de um departamento de auditoria*. Guia prático: implementação de um sistema de controlo interno, Porto.
- Silva, E. P., Silva, J.M., Jesus, T.A. e Silva, A. P. (2011); *SNC - Contabilidade Financeira – Casos Práticos* – Tomo I 2.^a Edição, Letras e Conceitos, pp. 49 – 50.
- Teixeira, M. F. (2006). *O contributo da Auditoria Interna para uma gestão eficaz*. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta, Portugal.
- Tribunal de Contas (2013). *Manual de auditoria e procedimentos*.
- Yin, Robert (2001). *Case Study Research: Design and Methods (2^a Ed)* Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Anexos

Anexo 1:

Anexo 2:

Anexo 3:

Anexo 4: